

SEGUNDO CICLO DE ESTUDOS
CRIMINOLOGIA

Impactos da Reclusão Parental

Ana Filipa Gabriel Correia de Melo Antunes

M

2025

*O texto que aqui se publica comporta
correções introduzidas posteriormente à
realização das provas públicas.*



Agradecimentos

Concluir esta dissertação foi um grande desafio acadêmico, profissional e pessoal, e seria impossível fazê-lo sem o apoio, a inspiração e a paciência de algumas das pessoas mais importantes da minha vida.

À minha mãe Goretti, pela sua força incondicional e pelo amor que nunca vacilou, mesmo nos momentos em que me faltaram as palavras e a energia. Obrigada por seres o meu porto seguro e por acreditares em mim, mesmo quando eu própria duvidei.

Ao meu companheiro Diogo, pelo apoio constante, pela compreensão nos dias mais difíceis e por todas as vezes que soubeste ouvir e motivar-me, sem nunca me deixar esquecer que o esforço valeria a pena.

Ao meu irmão Ricardo, verdadeira inspiração de resiliência, que me ensinou que os obstáculos fazem parte do caminho, mas não definem o destino. O teu exemplo foi, muitas vezes, o meu impulso para continuar, apesar de todas as dores de cabeça.

À minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Fátima Rodrigues, pela orientação rigorosa e criteriosa, pelos desafios intelectuais que me propôs e pela confiança que depositou no meu trabalho, mesmo quando cogitei desistir por questões profissionais e pessoais. A sua exigência e atenção ao detalhe foram fulcrais para o crescimento desta investigação.

Aos meus colegas de trabalho, agradeço pela compreensão e apoio ao longo desta jornada. A vossa paciência nos dias de maior cansaço, as palavras de encorajamento e até os momentos de descontração foram fundamentais para equilibrar as exigências da vida profissional com as exigências deste projeto académico. Obrigada por contribuírem, direta ou indiretamente, para que este objetivo se tornasse possível.

Por fim, aos meus gatos Zenitsu e Yuki, companheiros silenciosos (nem sempre tão silenciosos assim), que com a sua presença tranquila, ronronares e olhares atentos, fizeram-me companhia em muitas horas de escrita solitária.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

Sumário

A reclusão, ou encarceramento, parental está intimamente associada a um conjunto de experiências prejudiciais para as crianças e jovens, nomeadamente a uma maior exposição à negligência e abuso, um maior risco de testemunho e envolvimento no uso de substâncias, uma maior probabilidade de associação com pares delinquentes e um menor nível de escolaridade (Silver I., *et al.*, 2023). Os filhos de pais reclusos são crianças e jovens altamente vulneráveis a múltiplos fatores de risco, incluindo o estigma, insegurança financeira, redução da qualidade dos cuidados e condições de vida *stressantes* (Murray & Farrington, 2008). A exposição a essas e outras experiências adversas na infância (*ACEs*) podem resultar em traumas e aumentar potencialmente a probabilidade de trajetórias críticas de desenvolvimento e comportamento nas crianças e jovens (Silver I., *et al.*, 2023).

Este estudo qualitativo, de carácter exploratório, tem como objetivo apresentar os significados que os jovens atribuem às diferentes manifestações dos impactos da reclusão parental. Com recurso a entrevistas semiestruturadas, espera-se que se encontre uma resposta para a questão de investigação “como os jovens filhos de reclusos percecionam as suas reações face à reclusão parental?”.

O presente estudo permitiu compreender, através da voz dos próprios jovens, as suas perceções dos impactos emocionais, comportamentais e sociais da reclusão parental. As entrevistas revelaram reações como tristeza, culpa e revolta, estratégias de *coping* diversas e uma forte influência do estigma social nas relações escolares e familiares. Verificou-se ainda que o contacto com o progenitor recluso pode funcionar como fator de estabilidade ou, pelo contrário, gerar uma separação protetora. Os jovens demonstraram consciência crítica e apresentaram propostas concretas para combater o estigma e promover uma resposta institucional mais humanizada.

Palavras-Chave:

Reclusão parental; Impactos; Crianças; ACEs.

Abstract

Parental imprisonment is closely associated with a range of harmful experiences for children and young people, including greater exposure to neglect and abuse, a higher risk of witnessing and becoming involved in substance use, a greater likelihood of associating with delinquent peers, and lower levels of educational attainment (Silver I., et al., 2023). Children of incarcerated parents are highly vulnerable to multiple risk factors, including stigma, financial insecurity, reduced quality of care, and stressful living conditions (Murray & Farrington, 2008). Exposure to these and other adverse childhood experiences (ACEs) can result in trauma and potentially increase the likelihood of critical developmental and behavioural trajectories in children and young people (Silver I., et al., 2023).

Thus, this exploratory qualitative study aims to present the meanings that young children attribute to the different manifestations of the impacts of parental imprisonment. Using semi-structured interviews, it is hoped to find an answer to the research question: ‘How do young children of prisoners perceive their reactions to parental imprisonment?’

This study allowed us to understand, through the voices of the young people themselves, their perceptions of the emotional, behavioural and social impacts of parental imprisonment. The interviews revealed reactions such as sadness, guilt and anger, various coping strategies and a strong influence of social stigma on school and family relationships. It was also found that contact with the imprisoned parent can act as a stabilising factor or, conversely, generate a protective distancing. The young people demonstrated critical awareness and presented concrete proposals to combat stigma and promote a more humanised institutional response.

Keywords:

Parental incarceration; Impacts; Children; ACEs.

Índice

Agradecimentos.....	III
Sumário.....	IV
Abstract.....	V
Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento Teórico	2
1. A Reclusão Parental: diferentes abordagens.....	2
2. Influências da Reclusão parental	6
2.1. Problemas de Comportamento Externalizante	6
2.1.1 Riscos de Envolvimento com o Sistema de Justiça Criminal	7
2.2. Problemas de Internalização.....	8
2.2.1 Impacto na Saúde Mental	10
3. Impactos Escolares e Educacionais	12
3.1. Laços Escolares e Escola enquanto Fator de Proteção.....	15
4. Impactos Sociais	17
4.1. Estigma e Exclusão Social	17
4.1.1. Redução do Estigma e Promoção da Autoestima.....	19
4.2. Impacto Económico e Relacional.....	20
4.2.1. Apoio Familiar e Comunitário.....	21
4.2.2. Modelos de Resiliência Comunitária	24
5. Perspetivas dos Jovens Filhos de Reclusos.....	27
Capítulo II - Metodologia de investigação	33
1. Objetivos e Questões de Investigação	33
1.1. Objetivos gerais.....	33
1.2. Objetivos específicos.....	33
1.3. Questões de Investigação	34
2. Operacionalização.....	34
2.1. Desenho de investigação	34
2.2. Questões éticas	35
2.3. Recolha de dados.....	36
2.4. Instrumento.....	37
3. Procedimentos analíticos	39
3.1. Análise temática	39

Capítulo III – Apresentação e Discussão de Resultados.....	41
1. Apresentação dos Resultados	41
2. Análise Temática das Entrevistas	42
3. Discussão de Resultados.....	50
Conclusões.....	56
Referências Bibliográficas.....	60
Anexos.....	68
1. Pedido de Parecer à Comissão de Ética.....	69
2. Parecer da Comissão de Ética.....	75
3. Consentimento Informado	77
4. Pedido de Autorização – Enc. de Educação	78
5. Email para a Associação CONFIAR	80
6. Tabela Guião de Entrevista.....	82

Introdução

À medida que as taxas de encarceramento aumentaram em várias regiões do mundo, inevitavelmente cresceu também o número de crianças e adolescentes que vivenciam a separação prolongada de um dos progenitores devido à prisão. Esse fenómeno tem gerado interesse crescente na comunidade científica, dada a sua potencial influência nas consequências emocionais, comportamentais e educacionais dos jovens afetados. No entanto, ainda existe uma escassez de investigação sobre esta temática (Miller, 2006).

A literatura tem apontado que a experiência de ter um progenitor na prisão é frequentemente acompanhada por um conjunto de adversidades (frequentemente designadas por ACEs – *adverse childhood experiences*), como estigmatização, instabilidade financeira e alterações na dinâmica familiar (Murray & Farrington, 2008). No entanto, os efeitos da reclusão parental no desenvolvimento infantil e juvenil não são homogêneos, variando de acordo com fatores como o contexto socioeconómico, as redes de apoio disponíveis e a relação prévia entre a criança e o progenitor encarcerado (Nichols, 2016). Estes efeitos podem também variar de acordo com o papel desempenhado pelo cuidador, sendo que alguns estudos sugerem que o encarceramento materno tem um impacto mais negativo nas crianças quando comparado com o encarceramento paterno (Kremer K., *et al.*, 2020).

A realidade da reclusão parental está frequentemente associada a taxas mais elevadas de sintomas internalizantes e externalizantes nos filhos, o que aumenta a probabilidade de comportamentos delinquentes.

O presente estudo exploratório tem como principal objetivo compreender as perceções dos próprios jovens relativamente às suas reações emocionais, comportamentais e sociais decorrentes da prisão de um dos progenitores. Através da análise de entrevistas semiestruturadas, procura-se dar visibilidade às vivências destes jovens, valorizando a sua voz enquanto fonte privilegiada de conhecimento. Este trabalho visa, assim, contribuir para uma compreensão mais aprofundada e humanizada dos efeitos do encarceramento parental, destacando as múltiplas formas como esta realidade influencia o quotidiano, as relações interpessoais e os processos de adaptação dos jovens afetados.

Capítulo I - Enquadramento Teórico

No presente capítulo será apresentado o enquadramento teórico e revisão da literatura do objeto de investigação. O presente capítulo tem como objetivo sistematizar o conhecimento científico disponível sobre os efeitos da reclusão parental, integrando diferentes perspetivas teóricas e empíricas que permitam compreender a complexidade deste fenómeno. Para tal, serão abordadas as definições e enquadramento geral da reclusão parental, os impactos multidimensionais associados à vivência de ter um progenitor privado de liberdade, a influência desta realidade na relação afetiva entre o jovem e o parente recluso, sendo um dos grandes enfoques deste estudo os contributos da literatura que privilegia as perceções dos próprios jovens sobre esta experiência. Este enquadramento visa, assim, fornecer uma base sólida para a análise empírica do estudo, permitindo interpretar as narrativas recolhidas à luz do que a investigação tem vindo a evidenciar sobre esta problemática.

1. A Reclusão Parental: diferentes abordagens

Há uma série de fenómenos que são abordados sobre esta matéria. Deste modo, existem duas abordagens fundamentais nas quais se apresentam fatores de risco e fatores de proteção: os impactos da reclusão parental e as perceções que os jovens têm sobre os impactos.

A primeira abordagem conta com a apresentação de algumas definições que permitem uma melhor compreensão desta problemática. A “reclusão parental” define-se como afastamento prolongado de um dos pais devido à privação da liberdade. Através do efeito bola de neve, todo o sistema ecológico da criança acaba por ser afetado, no que diz respeito ao microssistema (relacionamentos do jovem) e ao mesossistema (ambiente em que está inserido). Alguns mecanismos que explicam essa ameaça ao desenvolvimento incluem a quebra dos vínculos, a modelagem do comportamento antissocial e a falta de supervisão. Além disso, o estigma e o enfraquecimento de recursos económicos e sociais também afetam o *background* do jovem (Nichols E, 2016), efeitos esses que serão adiante aprofundados.

Em diversos países, o número de pais e mães que são encarcerados tem vindo a aumentar, e esse crescimento tem sido ainda mais acentuado no caso das mulheres. Com isso, as consequências para os filhos tornam-se cada vez mais visíveis e preocupantes. Quando um dos pais é detido, as crianças podem reagir de várias formas – tudo depende da idade que têm, do tipo de apoio que recebem, da forma como a sociedade à sua volta reage e do tipo de crime cometido (Wolleswinkel, 2002).

A ênfase do presente estudo está na reclusão parental durante o início de vida do jovem, isto é, durante a infância e adolescência. Por si só, a adolescência já é uma fase de transição marcada por mudanças significativas no desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Durante esse período, os adolescentes enfrentam desafios próprios, como a construção de identidade, o estabelecimento de independência e a gestão de pressões sociais. Para aqueles que vivenciam o encarceramento parental, esses desafios podem ser amplificados devido ao contexto de instabilidade e adversidade associado à separação de um progenitor.

A realidade de ter um dos progenitores privado da liberdade representa uma ameaça significativa ao desenvolvimento emocional, social e cognitivo dos adolescentes, expondo-os a um conjunto alargado de fatores de risco cumulativos. De acordo com Dallaire (2007), os filhos de reclusos estão frequentemente inseridos em contextos familiares e comunitários caracterizados por instabilidade financeira, habitação precária, mudanças constantes de cuidadores e, muitas vezes, exposição a violência, abuso ou negligência. Estas condições ambientais desfavoráveis funcionam como fatores de *stress* crónico, aumentando a vulnerabilidade dos jovens a problemas emocionais e comportamentais.

Além destes riscos contextuais, a literatura evidencia que os adolescentes experienciam uma profunda perturbação nas suas relações interpessoais após a prisão de um progenitor. Murray e Farrington (2008) destacam que o encarceramento parental está associado a um aumento significativo de sintomas internalizantes, como ansiedade, tristeza e sentimentos de perda, bem como de sintomas externalizantes, incluindo agressividade, desobediência e comportamentos de risco. Estes efeitos são potenciados pela ruptura nas rotinas familiares e pela ausência física e emocional da figura parental, o que compromete a segurança emocional e a estabilidade afetiva dos jovens.

Os termos “internalização” e “externalização” foram introduzidos em 1966 e são amplamente utilizados para categorizar dois tipos distintos de dificuldades emocionais, comportamentais e sociais (Achenbach, 2016). Os problemas internalizantes referem-se

a manifestações predominantemente internas, como ansiedade, depressão e sintomas somáticos, que afetam o bem-estar emocional do indivíduo. Por outro lado, os problemas externalizantes envolvem comportamentos dirigidos para o exterior, caracterizados por agressividade, impulsividade e conduta disruptiva, incluindo o consumo de substâncias.

Adicionalmente, o impacto emocional da separação forçada e inesperada contribui para o surgimento de sentimentos de abandono, culpa e confusão, dificultando o ajustamento psicológico e social. Muitas vezes, os adolescentes não compreendem plenamente as razões para a prisão do progenitor, o que agrava a sua angústia e pode gerar sentimentos ambivalentes em relação ao progenitor recluso (Murray & Farrington, 2008). Estes múltiplos fatores, interligados, evidenciam que a reclusão parental é uma experiência altamente adversa, com efeitos multidimensionais no percurso desenvolvimental dos jovens.

A inadaptação observada em muitos adolescentes filhos de reclusos pode ser compreendida à luz de várias teorias sociológicas e criminológicas que explicam o desenvolvimento de comportamentos de risco e de dificuldades emocionais em contextos de adversidade. A Teoria do Controlo Social de Hirschi (1969) propõe que a ausência de laços afetivos sólidos com figuras de vinculação, como os pais, aumenta a probabilidade de comportamentos desviantes. No caso específico da reclusão parental, a ausência física e emocional de um dos progenitores pode fragilizar esses laços, diminuindo os mecanismos de monitorização e de internalização de normas sociais.

Por sua vez, a Teoria Geral das Tensões, desenvolvida por Agnew (1992), enfatiza que a redução dos recursos emocionais, sociais e materiais disponíveis, constituindo uma consequência direta da prisão de um progenitor, funciona como uma fonte de tensão significativa. Esta tensão, resultante da perda de apoio parental e de condições de vida adversas, pode aumentar a probabilidade de o jovem adotar comportamentos de coping negativos, como agressividade ou isolamento.

A Teoria da Rotulagem, formulada por Becker (1963), fornece um quadro explicativo adicional, sugerindo que o estigma social associado ao facto de ser filho de um recluso pode intensificar o isolamento social e levar à interiorização de uma identidade desviada. Os jovens que são rotulados negativamente pela escola, pelos pares ou pela comunidade, acabam por ver reforçada a sua exclusão social, o que pode agravar os seus problemas de ajustamento.

Finalmente, o conceito de desconexão dos contextos pró-sociais, também abordado no âmbito da Teoria do Controlo Social (Hirschi, 1969), destaca que a falta de envolvimento

em atividades escolares, comunitárias ou recreativas positivas priva os jovens de fontes alternativas de suporte e orientação, aumentando o risco de comportamentos desadaptativos.

Deste modo, é crucial que os adolescentes se sintam conectados a múltiplos contextos sociais positivos, como a família e a escola, para que se fomente um desenvolvimento positivo destes e, no caso do contexto escolar, a ligação e o envolvimento na escola pode revelar-se um mecanismo compensatório da perda da presença da figura parental (Nichols E, 2016).

Embora haja alguma evidência que sugira que o afastamento de um progenitor devido à privação da liberdade é de facto benéfico para a criança ou jovem, visto que resulta numa transição para um ambiente que promove um desenvolvimento mais saudável, reconhece-se a teoria da hipótese nula, na medida em que defende que a reclusão parental não prejudica nem beneficia o desenvolvimento dos jovens (Nichols, 2016).

Nesta secção importa também apresentar o termo “resiliência”. Embora o encarceramento parental esteja amplamente associado a impactos negativos, muitas crianças conseguem superar as adversidades e demonstrar resiliência. Fatores de proteção desempenham um papel essencial nesse processo, mitigando os efeitos prejudiciais e promovendo o bem-estar emocional, social e cognitivo das crianças.

Com resiliência alude-se à capacidade de um sistema dinâmico se ajustar e responder eficazmente através de interações entre múltiplos sistemas quando confrontado com desafios que põem em risco a sua função, sobrevivência ou desenvolvimento (Johnson, 2023). Simplificando, a resiliência define-se como um processo de adaptação (positiva) face a traumas, tragédias, adversidades, ameaças ou fontes significativas de *stress* (Denckla *et al.*, 2020).

Os estudos têm revelado outro conceito essencial no contexto da reclusão parental: a resiliência, enquanto capacidade de adaptação positiva a adversidades. As crianças cujos pais estão presos enfrentam desafios emocionais, sociais e económicos que podem afetar o seu bem-estar e desenvolvimento. No entanto, a resiliência permite-lhes ajustar-se a esta realidade e encontrar formas de lidar com o impacto da separação, reduzindo os riscos de problemas emocionais e comportamentais. Fatores como o apoio familiar, a presença de figuras de referência estáveis, o acesso a recursos sociais e educativos e estratégias de *coping* eficazes desempenham um papel fundamental na forma como estas crianças gerem a adversidade. Assim, a promoção da resiliência pode mitigar os efeitos negativos

da reclusão parental e favorecer um desenvolvimento mais saudável e equilibrado (Murray *et al.*, 2012).

Por fim, a segunda abordagem apresentada é a das percepções que os jovens têm sobre as suas emoções sentidas relativamente à reclusão parental. Estas percepções incidem sobre a memória que têm do momento da reclusão e dos sentimentos que experienciaram nessa altura. Vários estudos qualitativos revelam que este evento é frequentemente recordado como um ponto de rutura emocional, caracterizado por sentimentos de choque, medo, tristeza, raiva ou confusão (Zhang & Flynn, 2025; Navrátilová *et al.*, 2024), como serão adiante apresentados e aprofundados. A forma como interpretam e narram esses momentos reflete não apenas o impacto do acontecimento em si, mas também o contexto familiar e social em que ocorreu, revelando as estratégias de adaptação e os significados que foram construindo ao longo do tempo.

2. Influências da Reclusão parental

2.1. Problemas de Comportamento Externalizante

Estudos longitudinais têm demonstrado de forma consistente que a reclusão parental está fortemente associada ao aumento de comportamentos externalizantes nos filhos, sobretudo durante a infância e adolescência. Tal como foi anteriormente abordado, o comportamento externalizante é caracterizado por comportamentos dirigidos para o exterior, marcados pela agressividade e conduta desviante.

De acordo com Murray *et al.* (2012), as crianças com um dos pais encarcerado apresentam uma probabilidade significativamente mais elevada de desenvolver problemas de conduta disruptiva, comparativamente a crianças sem esta experiência. A meta-análise realizada por estes autores, que integrou resultados de 16 estudos longitudinais de diferentes países, revelou que os filhos de reclusos têm uma probabilidade 1,5 vezes maior de desenvolver comportamentos externalizantes, mesmo quando controladas variáveis como o estatuto socioeconómico e antecedentes familiares de comportamento problemático.

Entre os principais comportamentos externalizantes identificados encontram-se a agressividade verbal e física, a desobediência reiterada a figuras de autoridade, a oposição sistemática a regras sociais e escolares, bem como a adoção de comportamentos de risco, como vandalismo, furtos e consumo precoce de substâncias (Murray *et al.*, 2012). Além

disso, a hiperatividade e os comportamentos impulsivos foram também referidos como particularmente prevalentes neste grupo, dificultando a integração escolar e aumentando os níveis de conflito com pares e professores (Kjellstrand *et al.*, 2018).

Kjellstrand *et al.* (2018), através de um estudo longitudinal com jovens em idade escolar, reforçaram que os filhos de reclusos apresentavam trajetórias de comportamento disruptivo mais persistentes ao longo do tempo, incluindo elevados níveis de desatenção, dificuldades de autorregulação emocional, comportamento desafiante e envolvimento precoce em atividades delinquentes. O estudo revelou ainda que a severidade dos comportamentos externalizantes estava positivamente correlacionada com a duração da sentença do progenitor e com a frequência de mudanças no ambiente de vida da criança durante o período de reclusão parental.

De forma global, os resultados apresentados por Murray *et al.* (2012) e Kjellstrand *et al.* (2018) convergem ao indicar que os filhos de reclusos estão particularmente vulneráveis ao desenvolvimento de um leque diversificado de comportamentos externalizantes. Estes incluem agressividade, hiperatividade, problemas de conduta, desobediência, impulsividade e envolvimento em delinquência juvenil, sendo que estes comportamentos representam um fator preditor relevante para futuras trajetórias de risco psicossocial.

2.1.1 Riscos de Envolvimento com o Sistema de Justiça Criminal

Conforme mencionado, vários estudos evidenciam que a experiência da reclusão parental representa um fator de risco significativo para o desenvolvimento de comportamentos antissociais nos filhos, com potenciais repercussões a longo prazo no seu percurso de vida. Murray *et al.* (2012) e Kjellstrand *et al.* (2018) apontam para uma correlação consistente entre a exposição à prisão de um progenitor e o aumento de comportamentos externalizantes, como agressividade, impulsividade e desrespeito pelas normas sociais, fatores estes que frequentemente se traduzem em trajetórias de delinquência juvenil.

Mais recentemente, Silver *et al.* (2023) reforçaram esta evidência ao demonstrarem que tanto o encarceramento paterno como o materno estão associados a um aumento estatisticamente significativo na probabilidade de detenção dos filhos ao longo da vida. Estes dados sugerem que a reclusão parental pode funcionar como um catalisador de

processos de exclusão social e como um fator de manutenção de ciclos intergeracionais de envolvimento com o sistema de justiça criminal.

Este padrão intergeracional foi igualmente identificado por Kandel *et al.* (1988), cujo estudo revelou que cerca de 39% dos filhos de indivíduos reclusos já tinham tido contacto com o sistema prisional antes da idade adulta, contrastando com apenas 7% entre os filhos de pais sem antecedentes criminais. Estes resultados corroboram os achados de Johnston (1995), que apontou para um risco 5 a 6 vezes superior de os filhos de reclusos desenvolverem carreiras criminais em comparação com os seus pares. Farrington (1995), através de um estudo longitudinal, reforçou esta tendência ao evidenciar que 59% dos filhos de reclusos foram eles próprios encarcerados antes dos 32 anos de idade, com uma incidência particularmente elevada entre os indivíduos do sexo masculino.

Para além destes indicadores quantitativos, Ziebert (2006) sublinha a importância de fatores psicossociais como o estigma social, os sentimentos de raiva, revolta e a interiorização de uma identidade desviante como elementos que podem potenciar o envolvimento dos jovens em trajetórias delinquentes.

De forma geral, a literatura disponível converge na identificação de um conjunto de mecanismos de risco que parecem interligar-se de forma cumulativa: a ausência de uma figura parental de referência, as dificuldades económicas, o enfraquecimento dos laços sociais e o estigma social funcionam, em simultâneo, como fatores predisponentes para o desenvolvimento de comportamentos desviantes. Estes efeitos são agravados quando o jovem cresce em contextos sociais e escolares desfavorecidos, com acesso limitado a redes de apoio e a recursos de proteção.

2.2. Problemas de Internalização

As dificuldades emocionais associadas à reclusão parental também incluem problemas de internalização, como ansiedade, depressão e isolamento social (Murray & Farrington, 2005). Conforme suprarreferido, os problemas internalizantes referem-se a manifestações predominantemente internas.

Salienta-se que a adolescência é um período marcado por um risco acrescido de desenvolvimento de problemas de internalização. Aos 19 anos, cerca de um em cada quatro adolescentes já experienciou um episódio depressivo grave. Vários fatores contribuem para esta vulnerabilidade, como o facto de ter um progenitor com antecedentes de problemas de saúde mental, a exposição a uma parentalidade severa,

relações tensas entre pais e filhos e outros tipos de adversidades. Níveis elevados de problemas de internalização durante a adolescência estão fortemente associados a desafios significativos na idade adulta, incluindo depressão maior, perturbações de ansiedade, abuso de substâncias, tendências suicidas e comportamento antissocial (Kjellstrand, 2020).

No contexto da reclusão parental, o impacto emocional negativo nas crianças e adolescentes pode ser compreendido de forma mais aprofundada à luz da Teoria do Apego de Bowlby (1992). Esta teoria postula que a qualidade das primeiras relações afetivas estabelecidas com as figuras de vinculação, geralmente os pais ou cuidadores principais, é determinante para o desenvolvimento emocional saudável. Segundo Bowlby, uma vinculação segura proporciona à criança uma base emocional estável, promovendo sentimentos de segurança, autoestima e capacidade de regulação emocional. Por outro lado, a separação prolongada ou inesperada de uma figura de apego central, como acontece frequentemente no caso da prisão de um dos progenitores, pode desencadear reações emocionais intensas como ansiedade de separação, tristeza profunda, medo e sentimentos de abandono.

A perda abrupta de contacto diário com o progenitor, causada pela reclusão parental, interrompe o sistema de apego da criança, colocando em risco o seu desenvolvimento emocional e social. Isto é particularmente relevante na infância e adolescência, fases críticas para a consolidação das competências de regulação emocional e construção da identidade (Poehlmann, 2005). Crianças que experienciam rupturas severas nas suas relações de apego estão mais suscetíveis ao desenvolvimento de problemas internalizantes, como depressão e ansiedade, e também de dificuldades no estabelecimento de novas relações de confiança com figuras adultas (Murray & Farrington, 2008).

Para além da dimensão emocional direta, fatores contextuais como a pobreza e outras adversidades na infância podem agravar este impacto. Kremer *et al.* (2020) reforçam que a acumulação de riscos psicossociais, incluindo a instabilidade económica, conflitos familiares e exposição a múltiplos eventos traumáticos, amplifica os efeitos negativos da perda de uma figura de vinculação, aumentando a probabilidade de desajustamento emocional e comportamental.

Nos casos em que os jovens presenciam o momento da detenção de um dos pais, essa cena pode deixar marcas emocionais muito profundas nas crianças, uma vez que pode afetar seriamente a forma como veem o sistema de justiça no futuro. Muitas vezes, esse

trauma pode transformar-se numa desconfiança ou até rejeição do sistema, especialmente se a criança crescer a acreditar que o pai ou a mãe foram injustamente castigados (Bernstein, 2005). No seu estudo, Benninger e colegas (2023) abordam a forma como o testemunhar a prisão de um pai é um evento assustador e confuso para as crianças e jovens, do ponto de vista dos mesmos. Estes autores referem também que o facto de os adultos não conversarem sobre a prisão com as crianças e jovens e não explicarem o motivo pelo qual o parente está a ser algemado pela polícia, torna a experiência de reclusão obscura e geradora de ansiedade. Muitas vezes, em idades mais novas, as crianças acabam por imaginar cenários que não correspondem à realidade e criam uma aversão equivocada aos agentes de autoridade.

Quando é a mãe que vai detida, sobretudo se for a principal cuidadora ou uma mãe solteira, o impacto na vida da criança pode ser ainda mais profundo, principalmente se o estabelecimento prisional for longe da zona onde vivem. Já quando é o pai a ser preso, é comum que o filho mais velho tente assumir o papel de figura paterna, ficando muitas vezes sobrecarregado, enquanto os irmãos mais novos permanecem confusos, sem perceber bem o que se está a passar. Nesses casos, o silêncio dos adultos, que muitas vezes preferem esconder a situação dos filhos mais novos, acaba por aumentar a pressão sobre os mais velhos, que se sentem divididos entre proteger e contar a verdade (Loureiro, 2010).

Por fim, Murray (2012) e Norris *et al* (2021) partilham da perspetiva segundo a qual é importante considerar que nem todas as crianças com pais encarcerados manifestam problemas de internalização. Pesquisas que controlaram fatores de risco preexistentes, como instabilidade familiar e pobreza, sugerem que o impacto do encarceramento parental pode ser parcialmente explicado por esses fatores contextuais.

2.2.1 Impacto na Saúde Mental

A experiência de ter um dos pais encarcerados durante a infância está associada a maiores índices de transtornos mentais, como depressão, ansiedade e perturbação de *stress* pós-traumático (*PTSD*) na vida adulta (Murray & Farrington, 2008). Especificamente em crianças, a *PTSD* pode-se manifestar em sonhos perturbadores sobre o evento ou pesadelos generalizados (Loureiro, 2010).

Já Haskins (2015) destaca que a ausência prolongada do progenitor pode gerar feridas emocionais profundas, que muitas vezes perduram mesmo após a fase inicial de

adaptação. Essa ausência prolongada também pode comprometer a capacidade do indivíduo de formar relações interpessoais saudáveis e confiáveis ao longo da vida.

Muitas vezes, os efeitos que certos acontecimentos traumáticos têm nas crianças são mal compreendidos. Por causa disso, o impacto desses traumas pode aumentar a probabilidade de que, mais tarde na vida, essas crianças desenvolvam problemas como depressão, distúrbios alimentares, dependências ou dificuldades em manter relações saudáveis. Do ponto de vista do corpo, o trauma desencadeia reações que são naturais no ser humano. Em momentos de grande *stress*, o corpo entra num modo de sobrevivência: ou luta, ou foge, ou fica paralisado. No caso das crianças, muitas vezes elas não conseguem reagir nem fugir, então o mais comum é “congelarem”, ou seja, ficarem imóveis, como se parassem no tempo (Davis, 1999). Quando isso acontece, a criança não consegue lidar logo com aquilo que viveu. Ao adiar essa experiência, corre o risco de não conseguir processá-la bem. Isso pode levar a falhas de memória e à dificuldade de compreender o que realmente aconteceu (Davis, 1999).

Além disso, se durante esse processo a criança não tiver alguém que a apoie de forma consistente, as partes do cérebro que ajudam a lidar com emoções e *stress* podem ficar comprometidas. Vários investigadores defendem que traumas vividos em tenra idade têm efeitos duradouros na forma como a pessoa reage ao *stress* ao longo da vida (Loureiro, 2010).

Relativamente a esta problemática, o acesso a intervenções baseadas em trauma e a serviços de saúde mental desempenha um papel crucial no apoio às crianças que enfrentam o impacto do encarceramento parental. Essas intervenções são essenciais para ajudar as crianças a processarem as emoções complexas relacionadas à ausência parental, além de promoverem a construção de competências socioemocionais fundamentais para a confrontação das adversidades.

De acordo com Arditti (2012), o impacto psicológico do encarceramento parental é profundo, afetando a estabilidade emocional das crianças e sua capacidade de lidar com o trauma. A terapia individual ou em grupo oferece um espaço seguro para que as crianças explorem seus sentimentos de perda, abandono e insegurança, permitindo-lhes desenvolver estratégias de enfrentamento saudáveis. Além disso, essas intervenções podem ajudar a prevenir problemas de internalização, como ansiedade e depressão, que são comumente observados em crianças que vivenciam a separação parental devido ao encarceramento (Murray & Farrington, 2008).

Nichols (2016) destaca a relevância do cuidado informado pelo trauma em contextos educacionais, apontando que intervenções adequadas podem não apenas mitigar os efeitos negativos do encarceramento parental, mas também promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor. Tais intervenções ajudam as crianças a desenvolver resiliência emocional, melhorando a sua capacidade de adaptação e desempenho acadêmico.

Além do apoio direto às crianças, é fundamental capacitar os cuidadores a compreenderem e atenderem às necessidades emocionais dos menores sob os seus cuidados. Como observado por Shlafer *et al.* (2013), os cuidadores desempenham um papel mediador importante, e intervenções que os equipem com ferramentas para lidar com os desafios emocionais das crianças podem amplificar os benefícios terapêuticos. Isso é especialmente relevante em contextos de instabilidade familiar, onde os cuidadores muitas vezes enfrentam desafios adicionais relacionados ao stress e à sobrecarga emocional.

Kjellstrand *et al.* (2018) destacam ainda que programas de treino parental, que combinam apoio psicossocial com estratégias práticas de gestão familiar, têm demonstrado resultados promissores na melhoria do bem-estar emocional das crianças e jovens. Esses programas fortalecem o vínculo entre cuidadores e crianças, enquanto fornecem um ambiente estruturado para abordar e aprofundar questões emocionais e comportamentais.

Por fim, é importante reconhecer que o acesso a serviços de saúde mental não apenas beneficia diretamente as crianças e jovens, mas também contribui para a redução de riscos intergeracionais. A construção de competências emocionais e a melhoria do bem-estar psicológico durante a infância têm impactos positivos duradouros, que se refletem na vida adulta. Nesse sentido, as intervenções baseadas em trauma representam um investimento essencial para promover a resiliência e interromper ciclos de adversidade associados à reclusão parental.

3. Impactos Escolares e Educacionais

Diversos estudos empíricos têm evidenciado que o encarceramento parental tem um impacto negativo significativo no ambiente escolar das crianças e jovens afetados, nomeadamente no relacionamento com os colegas, professores e nos resultados escolares. Entre as principais consequências apontadas estão o aumento das taxas de

encaminhamento para o ensino especial, a maior probabilidade de retenção escolar e o abandono precoce da escola (Hagan *et al.*, 2020; Kremer *et al.*, 2020).

De acordo com Phillips e Gates (2011), os filhos de reclusos relatam experiências de provocação, comentários depreciativos e comportamentos de rejeição por parte dos colegas de escola. O estudo qualitativo destes autores, com base em entrevistas com jovens afetados, revelou que muitos descrevem a escola como um espaço de constante ameaça ao seu bem-estar emocional, devido ao medo de exposição da situação familiar. Os jovens relataram ainda sentimentos de vergonha, humilhação e ansiedade social, sobretudo quando professores ou colegas faziam referências pejorativas ao sistema prisional.

Boswell e Wedge (2002) corroboram estes resultados, destacando que o medo do julgamento social leva muitas crianças a ocultarem deliberadamente a situação de reclusão parental, mesmo perante adultos em quem confiam. Esta ocultação, se por um lado funciona como uma estratégia de proteção contra o estigma, por outro impede o acesso a apoios psicossociais adequados, agravando o isolamento emocional.

Os resultados apresentados por Navrátilová *et al.* (2024) acrescentam uma dimensão importante a esta análise, ao mostrarem que os próprios jovens identificam o estigma e o bullying como uma das suas maiores preocupações. Os participantes deste estudo expressaram a necessidade de campanhas públicas de sensibilização e de maior formação por parte de professores e assistentes sociais, no sentido de reduzir o preconceito e promover um ambiente de maior compreensão.

Por sua vez, Zhang e Flynn (2025), na sua *scoping review How do children describe their experiences of parental imprisonment*, reuniram múltiplos estudos qualitativos que documentam o impacto direto do estigma na autoestima, bem-estar emocional e integração social das crianças. Os autores destacam que o medo da rejeição leva muitos jovens a limitar a sua participação em atividades escolares, a evitar novas amizades e a manter em segredo a situação de reclusão parental por longos períodos.

Outro fator relevante é a tendência de alguns professores de reduzirem as suas expectativas académicas em relação a estas crianças, assumindo que enfrentarão dificuldades inevitáveis, o que pode impactar negativamente a sua motivação e desempenho escolar (Murray & Murray, 2010).

O estudo de Hagan *et al.* (2020), no qual foram utilizados dados longitudinais de uma amostra representativa de jovens norte-americanos, analisou os trajetos escolares de crianças com e sem experiência de reclusão parental. Os autores recorreram a análises

estatísticas multivariadas, controlando fatores como o estatuto socioeconómico, a estrutura familiar e antecedentes escolares. Os resultados indicaram que crianças com pais encarcerados apresentavam uma probabilidade 2,4 vezes superior de serem referenciadas para o ensino especial, quando comparadas com os seus pares. Além disso, a probabilidade de retenção escolar foi 1,8 vezes mais elevada neste grupo, evidenciando um impacto significativo na continuidade e sucesso escolar.

Por sua vez, Kremer *et al.* (2020), através de um estudo que combinou dados administrativos de escolas públicas com entrevistas a cuidadores de crianças afetadas pela reclusão parental, identificaram uma correlação clara entre a experiência de prisão de um dos progenitores e o aumento das taxas de abandono escolar precoce. Os autores verificaram que os jovens com experiência de encarceramento parental tinham quase o dobro da probabilidade de abandonar a escola antes da conclusão do ensino secundário, mesmo após o controlo de variáveis como pobreza, etnia e estrutura familiar.

Os mecanismos explicativos apontados pelos autores de ambos os estudos incluem a instabilidade emocional vivida pelas crianças, a sobrecarga das responsabilidades familiares assumidas por alguns jovens (como cuidar de irmãos mais novos), a redução dos recursos económicos disponíveis para materiais escolares e atividades extracurriculares, e o estigma associado à situação familiar. Adicionalmente, os professores e profissionais escolares nem sempre estão sensibilizados ou preparados para lidar com as especificidades emocionais e comportamentais destes alunos, o que agrava a sua exclusão académica (Hagan *et al.*, 2020).

Apesar disso, a ligação com o contexto escolar pode servir como um fator de proteção para esses jovens. Como argumentado por Nichols (2016), o envolvimento escolar e a existência de redes de apoio dentro da escola podem ajudar a mitigar os impactos negativos do encarceramento parental, promovendo resiliência e adaptabilidade.

Uma meta-análise realizada por Murray *et al.* (2012) revelou que a relação entre o encarceramento parental e o desempenho académico das crianças apresenta resultados inconsistentes, fortemente influenciados por outras variáveis, como o estatuto socioeconómico. Embora exista uma ligação identificável entre o encarceramento de um dos pais e dificuldades escolares, não se verificam padrões causais claros. Em análises que não consideraram variáveis externas, observou-se um aumento de 1,5 vezes na probabilidade de insucesso escolar. No entanto, essa relação reduziu para 1,1 vezes quando foram considerados fatores como capacidade cognitiva e condições socioeconómicas. Curiosamente, algumas investigações apontaram melhorias nos

resultados académicos logo após o encarceramento materno. Apesar dessas descobertas, a literatura existente enfrenta várias limitações metodológicas que dificultam a extração de conclusões precisas sobre o impacto do encarceramento parental no desempenho académico dos jovens, sobretudo devido à dificuldade de isolar o efeito específico do encarceramento das diversas adversidades concomitantes que podem contribuir para a ocorrência de resultados negativos nessa população.

Alguns autores sugerem que os efeitos do encarceramento paterno na infância precoce, observáveis na retenção escolar entre o jardim de infância e o terceiro ano, podem ter implicações negativas duradouras na mobilidade social intergeracional (Hagan, Foster e Murphy, 2020). Ainda assim, uma investigação mais recente não identificou nenhum efeito do encarceramento dos pais no desempenho académico, faltas escolares ou repetição de ano (Norris *et al.* 2021).

O impacto da reclusão parental também se reflete nos resultados profissionais dos filhos a médio-longo prazo. Os jovens que enfrentam essa realidade têm maior probabilidade de abandonar os estudos ou de apresentar baixos níveis de desempenho académico. Esses fatores acabam por se traduzir em menores taxas de empregabilidade e maior instabilidade económica na idade adulta (Kremer *et al.*, 2020). Além disso, a interrupção nos estudos, combinada com o estigma social associado ao encarceramento parental, dificulta a acumulação de "capital humano" essencial para a inserção e o sucesso no mercado de trabalho.

A instabilidade educacional também é frequentemente acompanhada por mudanças frequentes de residência ou de escolas, o que dificulta a continuidade académica e o estabelecimento de laços sociais consistentes. Esta mesma instabilidade pode ter efeitos duradouros na capacidade de os jovens progredirem academicamente e alcançar estabilidade socioeconómica.

3.1. Laços Escolares e Escola enquanto Fator de Proteção

Como foi anteriormente referido, o impacto psicológico da reclusão parental também se reflete na escola, uma vez que o *stress*, a ansiedade e a insegurança podem manifestar-se em dificuldades comportamentais e emocionais, frequentemente mal interpretadas como indisciplina (Nichols & Loper, 2012). Em primeiro lugar, a associação social entre reclusão e criminalidade pode levar à suposição de que estas crianças estão predispostas a comportamentos delinquentes, o que pode resultar em discriminação tanto por parte dos

colegas como dos próprios professores (Dallaire, 2007). A falta de formação e sensibilização por parte dos educadores também agrava este problema, uma vez que muitos não possuem conhecimento adequado sobre os desafios enfrentados por estas crianças, podendo adotar uma postura indiferente ou pouco empática (Morgan *et al.*, 2013).

As escolas desempenham um papel fundamental como mecanismos de proteção para crianças que enfrentam o impacto da reclusão parental. Como espaço onde as crianças e jovens passam grande parte do dia, o ambiente escolar pode atuar como um refúgio seguro, promovendo o desenvolvimento de laços positivos com professores, colegas e a comunidade escolar em geral. Um ambiente acolhedor e inclusivo contribui para melhores resultados emocionais e educacionais, ajudando a mitigar os efeitos adversos do encarceramento parental (Nichols, 2016).

Deste modo, programas escolares voltados para o suporte psicossocial, como iniciativas de prevenção ao *bullying*, têm se mostrado eficazes na promoção de competências socioemocionais. Essas iniciativas permitem que as crianças desenvolvam estratégias de *coping* para lidar com o estigma associado à prisão de um dos pais, reduzindo a probabilidade de problemas emocionais e comportamentais (Shlafer *et al.*, 2009). Além disso, as escolas podem oferecer apoio adicional por meio de serviços de aconselhamento e mentoria, que reforçam a autoestima e criam um senso de pertença essencial para essas crianças.

O impacto das escolas como fatores de proteção é amplamente documentado. Murray e Farrington (2008) destacam que o apoio escolar pode compensar parcialmente os prejuízos emocionais e sociais decorrentes da ausência parental. Esse suporte é particularmente importante em contextos de vulnerabilidade social, onde os recursos externos à escola podem ser limitados. De maneira semelhante, Graham e Harris (2013) enfatizam que as escolas, ao fornecerem um ambiente inclusivo e suporte socioemocional, podem ajudar a reduzir as desigualdades enfrentadas por crianças de grupos marginalizados.

Adicionalmente, a criação de redes de suporte entre os profissionais da educação é essencial para identificar e atender às necessidades dessas crianças. Nichols e Loper (2012) apontam que adolescentes com membros da família presos frequentemente enfrentam dificuldades acadêmicas. A perspectiva da resiliência no ambiente escolar também é amplamente abordada por Masten (2014), que descreve a escola como uma "fonte de magia ordinária" no desenvolvimento das crianças. Essa "magia" refere-se à

capacidade de as escolas oferecerem estabilidade, nutrição emocional e oportunidades de aprendizagem, mesmo em contextos adversos. Dessa forma, ao promoverem conexões positivas e um senso de normalidade, as escolas tornam-se elementos centrais na rede de proteção para crianças afetadas pela reclusão parental.

4. Impactos Sociais

4.1. Estigma e Exclusão Social

Um dos aspetos mais frequentemente relatados na literatura é o impacto do estigma social associado à reclusão parental. As crianças e jovens muitas vezes enfrentam exclusão por parte de pares e adultos, o que pode reforçar sentimentos de vergonha, isolamento e marginalização. A teoria da rotulagem (Becker, 1963) é amplamente utilizada para explicar como a sociedade, ao atribuir rótulos negativos a indivíduos ou famílias associadas ao crime, perpetua ciclos de exclusão e desvantagem social.

No contexto da reclusão parental, o estigma social decorre da associação automática que muitas vezes se faz entre a criança e o comportamento criminal do progenitor. Segundo Phillips e Gates (2011), os filhos de pessoas privadas de liberdade tendem a ser rotulados como um grupo social distinto, frequentemente visto como vulnerável ao desenvolvimento de comportamentos desviantes. Um dos conceitos que mais tem sido usado na literatura para ilustrar esta realidade é o de "ciclo intergeracional de encarceramento".

Este conceito refere-se ao padrão identificado em diversos estudos longitudinais, segundo o qual os filhos de indivíduos que estiveram presos apresentam uma probabilidade significativamente mais elevada de eles mesmos virem a ter problemas com a justiça ao longo da sua vida (Murray & Farrington, 2008; Johnston, 1995). O ciclo é descrito como "intergeracional" porque se observa uma repetição do fenómeno ao longo de gerações: os pais são reclusos, os filhos têm maior risco de também o ser, e este risco prolonga-se para gerações subsequentes (Farrington, 1995).

Diversos fatores contribuem para este ciclo, nomeadamente a exposição a múltiplos riscos psicossociais (como pobreza, instabilidade familiar, dificuldades escolares e estigma social), a ausência de apoio parental consistente, e a transmissão de normas e valores mais tolerantes em relação ao comportamento desviante (Murray, 2005; Ziebert, 2006). Além disso, a própria rotulagem social de que os jovens são alvo, com base em

pressupostos negativos sobre o seu futuro, pode funcionar como um fator que reforça este ciclo, afetando negativamente a sua autoestima e as suas oportunidades de inclusão social (Becker, 1963; Phillips & Gates, 2011).

Assim, esta rotulagem tende a reforçar estereótipos como a ideia de que os filhos inevitavelmente irão replicar os comportamentos dos pais, promovendo distância social e distinção entre estes jovens e os seus pares. Esse processo ocorre quando certos atributos indesejáveis são associados a um grupo, que passa então a ser percebido como intrinsecamente diferente. Como salientam Phillips e Gates (2011), esta dinâmica estigmatizante está frequentemente interligada a questões raciais, sendo que a sobreposição de múltiplos marcadores sociais pode intensificar os efeitos do estigma e agravar a exclusão social.

Além disso, o estigma associado à reclusão parental pode gerar um processo de silenciamento social no contexto escolar e comunitário, levando muitas crianças e jovens a ocultarem deliberadamente a sua situação familiar por receio de discriminação (Burgess-Proctor *et al.*, 2016). Este comportamento de ocultação, frequentemente descrito na literatura como uma estratégia de proteção emocional, visa evitar reações negativas de professores, colegas e outros membros da comunidade.

No entanto, este silêncio tem consequências importantes, contribuindo para a invisibilidade social e institucional deste grupo vulnerável, dificultando o acesso a apoio psicossocial, educacional e emocional adequado (Burgess-Proctor *et al.*, 2016). Muitas escolas e serviços sociais permanecem alheios à verdadeira situação das crianças, precisamente porque estas não verbalizam as suas necessidades ou experiências por medo de serem estigmatizadas.

Um conceito fundamental para compreender este fenómeno é o de *secondary stigma* (estigma secundário). Segundo Kim e Kang (2024), este termo refere-se ao estigma que recai não apenas sobre o indivíduo que cometeu o crime e foi encarcerado, mas também sobre os seus familiares diretos, especialmente os filhos. O estigma secundário manifesta-se através de atitudes de desconfiança, rejeição ou tratamento discriminatório dirigidos às crianças, que são vistas como extensões ou reflexos do comportamento desviante dos pais. No seu estudo qualitativo, Kim e Kang (2024) demonstram que muitos jovens filhos de reclusos experienciam um sofrimento emocional contínuo, não apenas pela ausência física do progenitor, mas também pela perceção de serem socialmente rotulados, mesmo sem terem cometido qualquer ato ilícito.

Este estigma secundário não só intensifica os sentimentos de vergonha e isolamento, como também agrava o processo de silenciamento. Os jovens relatados no estudo de Kim e Kang (2024) indicaram que evitavam conscientemente falar sobre a prisão dos pais, por medo de serem associados a condutas criminosas, o que limitava as suas oportunidades de integração social e de acesso a suporte emocional.

Assim, a combinação entre o estigma social primário (dirigido ao progenitor recluso) e o estigma secundário (sofrido pelos filhos) cria um ciclo de exclusão e invisibilidade que compromete o bem-estar psicológico e social das crianças afetadas. Estes dados reforçam a necessidade de uma maior sensibilização por parte das escolas e serviços comunitários para as dinâmicas de estigmatização vividas por este grupo.

4.1.1. Redução do Estigma e Promoção da Autoestima

Conforme supramencionado, o estigma social associado ao encarceramento parental é um dos desafios mais complexos enfrentados por crianças e jovens nessa condição, que muitas vezes afeta diretamente o desenvolvimento da sua autoestima e identidade positiva. Esse estigma pode isolar as crianças socialmente, limitando as suas oportunidades de interagir e crescer em ambientes acolhedores. Para atenuar esses efeitos, intervenções que abordem explicitamente o estigma e promovam narrativas de superação têm demonstrado ser verdadeiramente eficazes (Arditti, 2012). Tais iniciativas não apenas ajudam a fortalecer a autoconfiança das crianças, mas também promovem uma visão mais positiva de si mesmas e das suas capacidades.

O envolvimento em atividades extracurriculares, como desportos, artes e projetos comunitários, também desempenha um papel crucial na formação de um sentimento de pertença e valor pessoal. Essas atividades oferecem às crianças oportunidades de estabelecer conexões significativas com os seus pares e adultos de confiança, além de fomentar habilidades interpessoais e sociais (Nesmith & Ruhland, 2008). Adicionalmente, essas experiências ajudam a desviar o foco do estigma e a reforçar a percepção de competências individuais.

Pesquisas indicam que a mediação do estigma também pode ocorrer por meio de interações positivas no ambiente escolar e comunitário. Professores e mentores que compreendem o impacto da reclusão parental estão mais bem equipados para oferecer apoio emocional e criar ambientes inclusivos (Dallaire *et al.*, 2010). Por exemplo,

estratégias de ensino que valorizem a diversidade de experiências de vida podem ajudar as crianças a sentirem-se reconhecidas e respeitadas.

Além disso, o desenvolvimento de vínculos seguros com cuidadores e outros adultos de referência na vida da criança contribui, significativamente, para a redução dos efeitos do estigma. Estudos sugerem que representações positivas de vínculo e apoio familiar reduzem a internalização do estigma e melhoram a autoestima das crianças (Poehlmann, 2005). De maneira complementar, programas que incentivam a justiça restaurativa e a mediação em comunidades afetadas pelo encarceramento parental podem fortalecer o sentimento de pertença coletiva e promover o bem-estar emocional (Turney & Wildeman, 2013).

Por fim, intervenções focadas em habilidades socioemocionais, como as que tratam de estratégias de *coping* e construção de resiliência, são fundamentais para ajudar as crianças a superar os desafios impostos pelo estigma social. Uma revisão sistemática revelou que tais programas têm impacto significativo na melhoria do bem-estar emocional e no desempenho educacional, além de reduzir comportamentos antissociais (Murray *et al.*, 2012). Essas ações promovem não apenas a autoestima das crianças, mas também um futuro mais promissor e equitativo, mesmo perante as adversidades associadas à reclusão parental.

4.2. Impacto Económico e Relacional

A ausência de um parente devido à prisão geralmente resulta numa redução significativa do rendimento familiar, exacerbando condições de pobreza e privação (Wildeman & Western, 2010). Este impacto económico pode intensificar o *stress* familiar, gerar conflitos entre os cuidadores e limitar o acesso a recursos essenciais, como educação, saúde e alimentação. Ademais, agrava os défices enfrentados por crianças em situação de vulnerabilidade socioeconómica, assegurando, assim, a perpetuação intergeracional dos efeitos do encarceramento sobre as dinâmicas de desigualdade social.

Adicionalmente, as dinâmicas familiares sofrem mudanças consideráveis. O progenitor que assume o papel de cuidador principal enfrenta sobrecarga emocional e financeira, enquanto os laços com o progenitor encarcerado podem enfraquecer devido à distância física, custos de deslocação para as visitas e estigmatização (Arditti, 2012). Essas alterações comprometem o sistema de suporte da criança, afetando a sua sensação de segurança e estabilidade. Ainda assim, poucos estudos exploram a possibilidade de

que a prisão paternal possa levar a comportamentos parentais negligentes ou severos por parte das mulheres que têm filhos em comum com esses homens privados de liberdade (Turney, 2014).

Outra realidade abordada no estudo de Benninger *et al* (2023) é o quão psicologicamente desgastante pode ser tentar manter relacionamentos e apoiar familiares e amigos encarcerados. Os jovens relataram um sentimento de impotência em relação às suas experiências de reclusão com pais, familiares e outros membros da comunidade. Além disso, esse sentimento de impotência era reforçado no caso dos jovens cujos pais eram reincidentes, que sentiam que as conversas com os pais reclusos não passavam de falsas promessas.

A longo prazo, o encarceramento de um dos pais pode influenciar negativamente a capacidade dos filhos estabelecerem e manterem laços familiares e sociais saudáveis, ao alcançarem a vida adulta. A experiência de abandono ou desconfiança vivida durante a infância muitas vezes contribui para dificuldades em criar uma "base segura" nas relações familiares futuras. Estudos sugerem que indivíduos com histórico de encarceramento parental apresentam maiores desafios em formar relações sólidas e duradouras relativamente aos jovens inseridos numa família e ambiente sem reclusão parental, perpetuando uma cadeia de instabilidade emocional e social (Kjellstrand *et al.*, 2018).

Deste modo, conclui-se que as repercussões do encarceramento parental transcendem bastante o período da infância e adolescência dos filhos, impactando múltiplos aspetos da vida adulta dos mesmos.

4.2.1. Apoio Familiar e Comunitário

O apoio proveniente de cuidadores estáveis e envolvidos é amplamente reconhecido como um dos principais fatores de proteção para crianças e jovens que enfrentam o impacto do encarceramento parental. A presença de avós, tios, ou outros parentes que ofereçam um ambiente carinhoso e consistente podem atenuar os efeitos negativos da ausência de um dos pais, proporcionando estabilidade emocional e física. Segundo Shlafer *et al.* (2013), cuidadores alternativos que demonstram envolvimento ativo e acolhimento emocional ajudam a mitigar comportamentos problemáticos e a promover o ajustamento saudável das crianças em situações adversas como a reclusão parental.

Além disso, redes comunitárias, como mentores e organizações de apoio, desempenham um papel fundamental na oferta de suporte emocional e na promoção de

um sentimento de pertença. Essas redes não apenas ajudam a evitar o isolamento social, mas também proporcionam às crianças oportunidades para estabelecer vínculos positivos fora do contexto familiar, conforme destacado por Arditti (2012). Em particular, programas de mentoria têm demonstrado eficácia na criação de relações de confiança, que podem ser uma fonte essencial de estabilidade em momentos de transição.

No contexto do apoio familiar e comunitário, Turney e Wildeman (2013) enfatizam que o suporte relacional de figuras significativas não substitui, mas complementa o papel desempenhado pelos pais ausentes. Por outro lado, a presença de cuidadores que compreendem as necessidades emocionais das crianças e oferecem suporte adequado pode reduzir significativamente os níveis de *stress* infantil e prevenir traumas de longo prazo.

A literatura também destaca o papel das redes comunitárias em criar ambientes seguros e acolhedores que auxiliem no desenvolvimento das crianças. Segundo Poehlmann *et al.* (2010), essas redes podem incluir desde serviços locais de apoio psicossocial até organizações voltadas para crianças afetadas pelo encarceramento parental. Esses ambientes ajudam a criar uma estrutura que reforça o desenvolvimento de competências socioemocionais, permitindo que as crianças enfrentem o estigma social e os desafios associados à ausência parental.

Finalmente, Arditti (2012) argumenta que estratégias baseadas em intervenções comunitárias, como grupos de apoio e iniciativas lideradas por profissionais de saúde mental, são particularmente eficazes para promover a resiliência entre crianças em contextos de vulnerabilidade. Tais intervenções, quando aliadas ao apoio familiar, ajudam a construir um sistema de proteção abrangente que favorece o bem-estar das crianças a longo prazo.

Portanto, é evidente que o apoio familiar e comunitário não apenas oferece alívio imediato aos desafios enfrentados pelas crianças, mas também desempenha um papel essencial na construção de estratégias resilientes para lidar com a adversidade e na interrupção de ciclos intergeracionais adversos.

Em contextos culturais específicos, a espiritualidade e as crenças religiosas emergem como elementos centrais no fortalecimento da resiliência de crianças e jovens afetados pelo encarceramento parental. Essas práticas oferecem suporte emocional, social e psicológico, auxiliando no combate de traumas e desafios associados à ausência de um dos pais. Arditti (2012) destaca que a participação em rituais religiosos e práticas

espirituais pode proporcionar um sentimento de esperança, significado e estabilidade, especialmente em comunidades onde as redes formais de apoio são limitadas.

A religiosidade também desempenha um papel importante na criação de um sentimento de pertença, promovendo interações comunitárias e familiares que ajudam a mitigar os impactos da reclusão parental. Smith e Denton (2005) argumentam que práticas como orações, celebrações religiosas e encontros comunitários podem criar um ambiente de solidariedade e apoio social. Esses elementos ajudam não apenas na regulação emocional das crianças, mas também no desenvolvimento de autoestima e habilidades de *coping*.

Além disso, Koenig *et al.* (2012) sugerem que a espiritualidade pode oferecer ferramentas importantes para cuidadores, auxiliando-os a manter uma perspectiva positiva e a lidar com os desafios da parentalidade em contextos adversos. Isso, por sua vez, beneficia também as crianças e jovens sob seus cuidados, promovendo um ambiente mais estável e emocionalmente acolhedor.

Kjellstrand e colegas (2018) complementam ao destacar que as crianças que crescem em comunidades onde práticas espirituais e culturais são valorizadas frequentemente apresentam maior capacidade de adaptação e *coping*, especialmente quando essas práticas estão integradas a outras formas de suporte comunitário. A inclusão de componentes espirituais em programas de resiliência pode, portanto, ser uma estratégia eficaz para apoiar crianças e famílias em contextos de vulnerabilidade.

Por fim, embora as práticas culturais e espirituais ofereçam benefícios substanciais, é fundamental que intervenções baseadas nesses aspectos sejam culturalmente sensíveis e adaptadas às necessidades específicas de cada contexto. Isso garante que o suporte seja relevante e respeitoso, maximizando seu impacto positivo no desenvolvimento das crianças.

Em suma, importa reforçar que, apesar de todas as adversidades apresentas e impostas pelo encarceramento parental, os fatores de proteção apresentam um grande potencial para promover a resiliência em crianças e jovens. O fortalecimento de redes familiares, comunitárias e institucionais, aliado à ampliação do acesso a intervenções psicossociais, pode suavizar os efeitos negativos e criar oportunidades para que essas crianças desenvolvam trajetórias de vida mais positivas e resilientes.

4.2.2. Modelos de Resiliência Comunitária

Estudos destacam que crianças que crescem em comunidades que oferecem suporte consistente e práticas inclusivas apresentam maior capacidade de resiliência frente ao encarceramento parental. Essas comunidades atuam como redes de proteção ao criar ambientes favoráveis para o desenvolvimento de competências socioemocionais e para a mediação de conflitos.

As práticas de justiça restaurativa e mediação de conflitos, como apontado por Kjellstrand *et al.* (2018), têm se revelado eficazes ao proporcionar às crianças um espaço seguro para expressar as suas emoções e construir relacionamentos positivos. Estas práticas não apenas fortalecem o bem-estar emocional das crianças, mas também promovem um sentimento de agência, permitindo que elas se sintam valorizadas e compreendidas dentro das suas comunidades. A título de exemplo, programas comunitários voltados à promoção de competências socioemocionais, como resolução de problemas, empatia e autocontrole, ajudam a mitigar os efeitos negativos associados ao encarceramento parental e a prevenir a reprodução intergeracional de adversidades.

Masten (2014) aponta que a resiliência é frequentemente o resultado de interações positivas entre a criança e os sistemas de suporte ao seu redor. Comunidades que promovem atividades coletivas, oportunidades educacionais e um sentimento de pertença contribuem para o fortalecimento da resiliência das crianças e jovens, oferecendo recursos que ajudam a superar os desafios impostos pela ausência parental. Além disso, redes de apoio comunitário podem reduzir o estigma social enfrentado pelas crianças, facilitando a construção de uma identidade positiva.

Arditti (2012) destaca o papel das comunidades no alívio do impacto psicológico e social do encarceramento parental. Programas que integram práticas culturais e espirituais, por exemplo, podem oferecer uma fonte adicional de conforto e esperança para as crianças, ajudando-as a lidar com o trauma de maneira mais saudável. Essas práticas também criam um espaço no qual crianças e famílias podem interagir e compartilhar experiências, promovendo a coesão comunitária.

Por fim, Waller (2001) argumenta que modelos de resiliência comunitária precisam de ser dinâmicos e adaptáveis, tendo em consideração as especificidades culturais e contextuais de cada grupo. A implementação de estratégias comunitárias deve reconhecer as experiências únicas e adversas das crianças e jovens afetados pela reclusão parental, oferecendo intervenções que sejam culturalmente sensíveis e alinhadas às necessidades locais. Assim, comunidades fortalecidas tornam-se não apenas um fator de proteção, mas

também um catalisador para mudanças positivas, impactando diretamente as trajetórias de vida dessas crianças. Estudos recentes destacam a importância das redes de apoio comunitário, incluindo escolas, organizações religiosas e serviços sociais, na promoção do bem-estar de crianças com pais na prisão (Turney, 2014). Essas redes podem funcionar como mecanismos compensatórios, ajudando a mitigar os impactos do encarceramento ao oferecer suporte emocional, orientação acadêmica e oportunidades de socialização.

Uma abordagem inovadora nesse contexto tem sido a implementação de programas de intervenção voltados para a manutenção dos laços entre pais encarcerados e filhos, como as visitas supervisionadas em ambiente prisional e a utilização de tecnologias digitais para comunicação à distância (Hutton, 2016). Tais iniciativas têm demonstrado resultados promissores na redução dos impactos negativos sobre as crianças. A maioria dos programas intervém simultaneamente com os pais e a criança ou jovem, tendo por base perspectivas teóricas de vinculação. Já os programas direcionados exclusivamente para as crianças recorrem a modelos fundamentados em luto e perda (Miller, K. M., 2006).

Esta realidade está fortemente presente nos Estados Unidos da América, onde foi criado, em 1992, o programa *Girl Scouts Beyond Bars* (GSBB) na *Maryland Correctional Institution for Women* (MCIW) e replicado em mais de 20 estados. O principal objetivo do programa é fortalecer o vínculo entre mães e filhas através de visitas regulares, minimizar o impacto emocional da separação e preparar as famílias para a reintegração após a prisão. O GSBB promove atividades educacionais e comunitárias, semelhantes às dos escoteiros, nas quais mães e filhas participam juntas a cada dois sábados, durante duas horas. Como resultado deste programa, os cuidadores relataram melhorias na autoestima das filhas, na comunicação com as mães e na redução de comportamentos delinquentes em contextos escolares e familiares (Miller, K. M., 2006).

Um programa semelhante ao GSBB é o *Living Interactive Family Education* (LIFE), criado em 2000 no *Potosi Correctional Center*, no Missouri. Este programa procura revigorar os laços familiares entre homens presos e os seus filhos, através de aulas de educação parental e atividades conjuntas, como projetos artísticos e manuais. Essas iniciativas visam não apenas melhorar o comportamento e o desempenho acadêmico dos jovens, mas também desenvolver habilidades de vida essenciais nos pais. As avaliações indicaram que os pais relataram sentir-se mais conectados aos filhos, melhoraram a comunicação familiar e notaram avanços no desempenho escolar e no comportamento das crianças (Miller, K. M., 2006).

Programas como o GSBB e o LIFE não apenas proporcionam benefícios diretos às crianças e aos seus pais biológicos, mas também oferecem vantagens significativas para os familiares que assumem o papel de cuidadores no momento da prisão. A melhoria da saúde mental das crianças, promovida por essas iniciativas, pode contribuir para a redução do stress dos cuidadores, impactando positivamente o bem-estar geral do seio familiar. Além disso, esses programas têm o potencial de diminuir a dependência de serviços de saúde mental, uma vez que atendem às necessidades emocionais, psicológicas e comportamentais das crianças de forma preventiva e direcionada. Desta forma, a participação nessas iniciativas demonstra-se de valor inestimável, dado que promove o desempenho académico das crianças e jovens e fortalece as relações parentais, gerando impactos positivos com potencial de mitigação dos riscos intergeracionais associados à experiência de encarceramento de um dos progenitores (Miller, K. M., 2006).

Também na Europa se estabelecem e desenvolvem programas, dos quais se destaca o COPE (*Children Of Prisoners Europe*). Estabelecida em 2000, é uma rede pan-europeia dedicada a apoiar e representar crianças cujos pais se encontram em situação de reclusão. A organização promove abordagens inovadoras e boas práticas para garantir o pleno respeito pelos direitos dessas crianças, além de incentivar ações que assegurem o seu bem-estar e desenvolvimento saudável. A missão é prevenir e responder a situações que comprometam os direitos das crianças com pais reclusos, desde a detenção até à reintegração após o cumprimento da pena, garantindo que as suas necessidades individuais sejam atendidas e que os seus interesses superiores sejam sempre considerados. Adotando uma abordagem integrada, focada em melhorar a vida dessas crianças, assegura que os sistemas com os quais interagem respeitem os seus direitos e atendam às suas necessidades, em vez de exigir que elas se adaptem a estruturas inadequadas.

As atividades desenvolvidas pela *Children of Prisoners Europe* (COPE) refletem um compromisso contínuo com a promoção dos direitos e do bem-estar das crianças afetadas pela reclusão parental. Entre as principais áreas de intervenção destaca-se, em primeiro lugar, o trabalho de advocacia e sensibilização, que visa aumentar a conscientização pública e política sobre os desafios específicos vividos por estas crianças. Através desta vertente, a COPE procura influenciar decisores políticos, promovendo reformas que assegurem o respeito pelos direitos das crianças, tal como consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança, e incentivando a adoção de medidas de apoio eficazes e sensíveis ao seu contexto familiar.

Paralelamente, a organização investe na investigação e divulgação de conhecimento, através da realização de estudos, relatórios e publicações que exploram os múltiplos impactos da reclusão parental no desenvolvimento infantil. Este esforço de produção científica visa não só informar a prática profissional, como também contribuir para o debate académico e para a formulação de políticas baseadas em evidência empírica.

Outro eixo fundamental da atuação da COPE é a formação e capacitação de profissionais que trabalham diretamente com estas crianças, tais como educadores, técnicos de serviço social, psicólogos ou agentes do sistema de justiça. Através de seminários, workshops e programas de formação, a rede assegura que os intervenientes estão dotados de conhecimentos, ferramentas e competências para prestar um apoio adequado e sensível às necessidades específicas desta população vulnerável.

Por fim, a COPE assume uma postura ativa na promoção de parcerias e colaborações estratégicas com organizações membros e entidades externas, fomentando a partilha de boas práticas e o desenvolvimento de programas inovadores em diferentes contextos europeus. Esta lógica de trabalho em rede reforça a eficácia das intervenções e permite uma abordagem mais integrada e coerente no apoio às crianças com pais em situação de reclusão, respeitando simultaneamente as particularidades culturais e institucionais de cada país.

Em Portugal, salientam-se associações como a Confiar, Associação de Reinserção Social que atua no país há mais de 20 anos e que tem como objetivo contribuir positivamente para a realidade portuguesa no que diz respeito a crianças e jovens cujos pais tenham passado por privação de liberdade e/ou tenham sido condenados por crime(s). A Confiar adota uma abordagem centrada na proteção, combate à exclusão e vulnerabilidade, promoção da inclusão social, fortalecimento das relações familiares e na interrupção do ciclo de conflito com a lei no ambiente familiar, razão pela qual integra a COPE.

5. Perspetivas dos Jovens Filhos de Reclusos

Nas últimas décadas, tem vindo a crescer o reconhecimento da importância de incorporar a voz dos próprios jovens afetados pela reclusão parental nas investigações científicas sobre o tema. Tradicionalmente, a maioria dos estudos focava-se apenas nos dados quantitativos, análises populacionais ou nas perceções dos adultos cuidadores,

professores ou profissionais do sistema de justiça. No entanto, os estudos qualitativos mais recentes têm demonstrado que as crianças e jovens filhos de reclusos oferecem diferentes perspectivas de outras dimensões da sua experiência (Zhang & Flynn, 2025; Navrátilová *et al.*, 2024).

De acordo com a *scoping review* de Zhang e Flynn (2025), que analisou 59 estudos qualitativos conduzidos entre 1990 e 2024, as narrativas dos jovens sobre o encarceramento parental revelam um conjunto de temas recorrentes. Entre eles destacam-se o impacto emocional imediato, as alterações nas relações familiares, a vivência do estigma social, as estratégias de *coping* e os desafios na manutenção de contacto com o progenitor recluso.

Uma das primeiras dimensões amplamente relatadas pelos jovens refere-se ao impacto emocional da separação forçada. Muitos descrevem sentimentos de tristeza, raiva, confusão e medo face ao novo contexto familiar. Num dos estudos analisados por Zhang e Flynn (2025), uma jovem relatou: *“Pensei que ele tinha morrido, porque ninguém me explicou o que tinha acontecido. Depois, quando soube que estava preso, senti raiva por ele ter feito algo assim”*. Esta experiência de incerteza e falta de comunicação foi também identificada por Benninger *et al.* (2023), que sublinham como a ausência de explicações claras por parte dos adultos agrava a ansiedade e contribui para uma perceção distorcida da realidade por parte das crianças.

Relativamente ao estigma social, os jovens destacam o medo de serem rotulados, julgados ou discriminados por colegas, professores e membros da comunidade. Phillips e Gates (2011) referem que o estigma surge frequentemente sob a forma de comentários depreciativos, exclusão social e *bullying*. Uma participante do estudo de Zhang e Flynn (2025) referiu: *“Na escola, chamavam-me de ‘filho do criminoso’*. Comecei a evitar falar com as pessoas”. Este fenómeno de silenciamento social é ainda agravado pela experiência de *secondary stigma* (estigma secundário), que já foi anteriormente explicado.

A questão da manutenção de contacto com o progenitor recluso é outro aspeto central nas narrativas dos jovens. Navrátilová *et al.* (2024), no seu estudo com crianças da República Checa, documentaram a ambivalência emocional sentida pelos jovens durante as visitas ao estabelecimento prisional. Por um lado, o desejo de proximidade com o progenitor permanecia forte. Por outro, o ambiente prisional era frequentemente descrito como frio, hostil e emocionalmente desconfortável. Uma das crianças referiu: *“Eu queria vê-lo, mas não assim, atrás de uma parede de vidro”*. Zhang e Flynn (2025) reforçam que

a qualidade emocional da interação durante as visitas é mais determinante para o bem-estar psicológico do que a frequência dessas visitas.

No que diz respeito às alterações nas dinâmicas familiares, os jovens relataram mudanças significativas na sua posição dentro da estrutura familiar. Estudos como o de Navrátilová *et al.* (2024) evidenciam que, na ausência de um dos pais, muitas crianças, sobretudo os filhos mais velhos, sentem-se compelidos a assumir novas responsabilidades, como cuidar dos irmãos mais novos ou apoiar emocionalmente o progenitor restante. Esta situação é particularmente evidente quando a mãe é a figura reclusa, aumentando a vulnerabilidade e sobrecarga dos jovens (Zhang & Flynn, 2025).

Outro aspeto emergente nas narrativas dos jovens prende-se com as estratégias de *coping* utilizadas para lidar com o impacto da reclusão parental. A revisão sistemática realizada pela MDPI (2022) sobre estratégias de *coping* em filhos de reclusos identificou quatro padrões principais: *coping* emocional (como o desabafo com amigos), *coping* evitativo (como o silêncio e o afastamento social), *coping* pró-ativo (envolvimento em atividades positivas, como o desporto ou artes) e *coping* baseado no suporte familiar (apoio de outros cuidadores). Os jovens entrevistados expressaram que, muitas vezes, o recurso a atividades extracurriculares funcionava como uma via de escape para as emoções negativas. Um exemplo disso é dado por um participante do estudo de Navrátilová *et al.* (2024): “Comecei a jogar futebol todos os dias, era a única altura em que me esquecia do que estava a acontecer em casa”.

Quanto à reintegração familiar após a libertação do progenitor, o estudo de Norris *et al.* (2021) destaca os sentimentos ambivalentes que os jovens experienciam durante o processo de reinserção. Muitos descrevem dificuldades em restabelecer a relação com o pai ou a mãe, apontando para a existência de um afastamento emocional ou até mesmo de sentimentos de estranhamento e desconfiança. Como relatado por um dos jovens participantes: “Quando ele voltou para casa, parecia um estranho. Já não o reconhecia como o meu pai” (Norris *et al.*, 2021).

A revisão realizada por Zhang e Flynn (2025) evidencia ainda que muitos jovens manifestam um desejo claro de serem envolvidos nos processos de tomada de decisão relativamente ao contacto com o progenitor, bem como nas estratégias de apoio escolar e psicossocial. Este aspeto é corroborado por Navrátilová *et al.* (2024), que sublinham a importância de criar espaços de expressão para os jovens afetados, com enfoque no desenvolvimento de programas de intervenção participativos, nos quais a perspetiva dos jovens seja tida em consideração de forma ativa.

Dessa revisão literária de Zhang e Flynn (2025) emergem cinco grandes dimensões que estruturam as narrativas dos jovens filhos de reclusos: separação, “parentificação”, segredo, estigma e estereótipos, e percepção de impotência.

A separação, enquanto vivência transversal, é experienciada não só como um afastamento físico, mas também relacional e emocional. Muitos jovens expressam o desejo de manter uma ligação significativa com o progenitor encarcerado, contudo, enfrentam múltiplos obstáculos, desde a distância geográfica e os custos associados às visitas, até ao impacto emocional provocado pelo ambiente prisional. Os estabelecimentos prisionais são frequentemente descritos como intimidantes e pouco acolhedores, o que reforça sentimentos de ansiedade e desconforto. Ainda assim, quando existem visitas apoiadas e humanizadas, os jovens referem-nas como momentos de conexão positiva, capazes de atenuar os efeitos da separação forçada (Zhang & Flynn, 2025).

Outro fenómeno amplamente reportado é o da “parentificação”, sobretudo entre os irmãos mais velhos, que se veem subitamente impelidos a assumir responsabilidades adultas no seio familiar, como cuidar de irmãos mais novos ou apoiar emocionalmente o progenitor restante. Esta inversão de papéis compromete o direito da criança a uma infância plena e é reconhecida como uma fonte de sobrecarga emocional. Zhang e Flynn (2025) alertam que, embora a “parentificação” possa, em certos casos, ser associada a formas de crescimento e resiliência, o seu impacto negativo, especialmente a nível emocional, tende a manifestar-se a longo prazo, sendo ainda subestimado no que diz respeito às suas consequências práticas, como o absentismo escolar ou a queda no desempenho académico.

A dimensão do segredo emerge como uma resposta direta ao medo da exposição e da discriminação. Muitas crianças optam por ocultar a realidade familiar tanto no contexto escolar como social, com o objetivo de se protegerem do estigma. Contudo, este sigilo, embora compreensível, acarreta um elevado custo emocional. O silêncio forçado conduz ao isolamento e impede o acesso a apoios significativos, sendo frequentemente acompanhado por sentimentos de vergonha, confusão e incompreensão (Zhang & Flynn, 2025).

Associado a esta dimensão está o estigma, que se manifesta na forma de julgamento social, rotulagem negativa e exclusão. Os jovens relatam ser alvo de preconceitos por parte de colegas, professores e membros da comunidade, sendo muitas vezes identificados como “filhos de criminosos” ou “problemáticos”. Esta estigmatização

alimenta um ciclo de marginalização, reforçando a percepção de desvalorização social e limitando as oportunidades de integração plena. Como sublinham Zhang e Flynn (2025), estes jovens desenvolvem, muitas vezes, uma identidade marcada pelo olhar alheio, incorporando, consciente ou inconscientemente, os rótulos que lhes são impostos.

Finalmente, a percepção de impotência destaca-se como um elemento transversal nas narrativas recolhidas. Muitos jovens expressam a sensação de que os acontecimentos lhes são impostos sem possibilidade de escolha ou controlo. A frase “não tive escolha” surge recorrentemente como expressão da sua passividade forçada face ao encarceramento do progenitor. Esta percepção alimenta sentimentos de frustração, injustiça e desconfiança, não apenas em relação à família, mas também em relação às instituições e ao sistema de justiça em geral. Este sentimento de impotência pode, a médio prazo, comprometer o sentido de agência pessoal e a construção de um percurso de vida autónomo e positivo.

No conjunto, estas cinco dimensões oferecem um olhar profundo sobre as múltiplas camadas de impacto da reclusão parental, sublinhando a importância de se ouvir e valorizar a percepção dos jovens na formulação de políticas e práticas que respeitem os seus direitos, promovam o seu bem-estar e contribuam para a sua inclusão social efetiva. O estudo de Zhang e Flynn (2025) reforça, assim, a urgência de uma abordagem centrada na criança, que reconheça a sua experiência subjetiva e a integre como base essencial para qualquer intervenção psicossocial ou educativa.

Em síntese, os estudos centrados nas percepções dos próprios jovens oferecem um contributo fundamental para a compreensão integral da experiência da reclusão parental. Estas investigações revelam que os impactos emocionais, sociais e relacionais vividos por estes jovens não podem ser compreendidos apenas através de indicadores quantitativos ou percepções de adultos significativos. Pelo contrário, as vozes dos jovens destacam a complexidade e a multiplicidade de respostas emocionais e necessidades específicas que devem ser consideradas em qualquer abordagem de intervenção psicossocial, escolar ou comunitária. Embora a literatura científica tenha, ao longo das últimas décadas, contribuído significativamente para a compreensão dos impactos da reclusão parental, grande parte dos estudos tende a adotar uma abordagem externa, centrada na análise de indicadores de risco e em avaliações feitas por adultos como cuidadores, técnicos ou professores. No entanto, compreender este fenómeno exige também escutar diretamente os jovens que o vivenciam. As perspetivas dos próprios jovens permitem aceder não apenas aos impactos da reclusão, mas também aos significados subjetivos que lhe são atribuídos, às estratégias de adaptação utilizadas e às suas necessidades sentidas. Esta

abordagem centrada no sujeito é essencial para uma compreensão mais completa e humanizada do impacto do encarceramento parental, e constitui uma vertente ainda pouco explorada, sobretudo no contexto nacional. Assim, torna-se pertinente integrar os estudos que colocam no centro a experiência e a percepção dos próprios jovens, permitindo alargar o enquadramento teórico a partir das suas narrativas e contributos.

Capítulo II - Metodologia de investigação

Findado o enquadramento teórico acerca da realidade de viver com pelo menos um dos pais encarcerados, é possível afirmar que esta é, sem dúvida, uma preocupação de deve ser tida em conta socialmente, uma vez que os jovens de hoje são o futuro de amanhã. Contudo, os investigadores que se debruçam nesta matéria descrevem estas crianças e jovens como “órfãos da justiça”, “invisíveis” ou “vítimas esquecidas”, uma vez que este grupo enfrenta uma invisibilidade preocupante, evidenciada pela falta de suporte jurídico-legal e ausência de esforços coordenados por parte dos profissionais de apoio (Navrátilová, 2024).

Neste

capítulo será apresentada a metodologia de estudo para aceder a informação relativa a esta temática, na qual serão caracterizados os aspetos chave da técnica de estudo utilizada, assim como da amostra e dos procedimentos tomados.

1. Objetivos e Questões de Investigação

1.1. Objetivos gerais

O principal objetivo da presente investigação é explorar a perceção dos jovens relativamente aos impactos da reclusão parental. Esta investigação recolheu dados relativamente a jovens que vivenciaram a reclusão parental ou a vivenciam atualmente.

Os objetivos gerais ajudam a delinear o propósito geral da pesquisa, enquanto os objetivos específicos são mais precisos, mensuráveis e concretos, detalhando exatamente o que se pretende alcançar com o estudo (Braun & Clarke, 2013).

1.2. Objetivos específicos

Deste modo, é possível enumerar uma série de objetivos específicos, nomeadamente:

- 1) Identificar os impactos psicológicos, do ponto de vista dos jovens;
- 2) Perceber as emoções e significados atribuídos pelos jovens ao momento da reclusão;
- 3) Compreender os impactos sociais que os jovens associam ao estigma de ser filho de um pai na prisão;
- 4) Explorar a forma como o jovem perceciona a evolução da relação do jovem com o parente recluso;

- 5) Esclarecer quais os mecanismos de *coping* que o jovem revela adotar para lidar com a reclusão parental;
- 6) Perceber que medidas e estratégias que, na ótica dos jovens, seriam importantes implementar para diminuir os impactos associados à reclusão.

1.3. Questões de Investigação

Constituídos os objetivos específicos deste estudo, segue-se a formulação de questões de investigação, questões para as quais se pretende respostas claras e precisas, por forma a incrementar conhecimento nesta temática, sendo estas:

- 1) Como os jovens filhos de reclusos percecionam as suas reações face à reclusão parental?
- 2) Como é que os jovens revelam gerir os impactos de ter um dos progenitores recluso?
- 3) Como evoluiu a relação do jovem com o parente recluso, na perspetiva do jovem?
- 4) Quais são as necessidades dos jovens cujo progenitor foi preso?
- 5) Que estratégias, na ótica dos jovens, poderiam ser implementadas para diminuir os impactos da reclusão parental?

2. Operacionalização

2.1. Desenho de investigação

Dadas as suas características mais subjetivas e profundas, esta investigação ancora-se na aplicação de uma metodologia qualitativa. Esta abordagem qualitativa de pesquisa científica permite explorar áreas pouco compreendidas e obter informação sobre fenómenos que dificilmente seriam descritos quantitativamente (Navrátilová, 2024). A investigação qualitativa procura compreender os aspetos diversos do mundo social, incluindo as perceções e experiências dos participantes, o funcionamento dos processos sociais, bem como os significados atribuídos a estes pelos próprios participantes (Mason, 2002).

Tendo em conta que o foco deste estudo é aceder aos sentimentos e significados atribuídos pelos jovens à reclusão parental, o recurso ao método qualitativo torna-se o mais ajustado, uma vez que coloca a ênfase na compreensão dos processos e experiências pessoais, conferindo a profundidade de conhecimento que o método quantitativo não concede (Tewksbury, 2011). De salientar ainda que este projeto tem caráter transversal,

já que a recolha de dados se realizou num só momento temporal (Renninson & Hart, 2019).

O instrumento para a recolha de dados utilizado para este estudo foi a entrevista semi-estruturada. Após definir o instrumento a implementar e antes de avançar para a fase mais empírica do estudo, foi necessário recrutar os participantes. Os participantes são (a) jovens do sexo masculino e do sexo feminino, (b) com idades compreendidas entre os 16 e os 26 anos, com (c) pais atualmente presos ou que estiveram presos durante a infância do jovem. Importa ainda destacar que os jovens sabem ler e falar português, de modo a poderem ler e assinar o consentimento informado, bem como entender e responder às questões da entrevista.

Aplicou-se uma amostragem por conveniência nesta investigação, uma vez que facilmente se conclui que o acesso aos participantes é muito difícil, porque não existe nenhuma instituição que possa fornecer dados sobre estes participantes.

O primeiro contacto, sem sucesso, foi junto de associações como a CONFIAR, APAR (Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso), SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social) (Anexo 4). Foi redigido um email exemplar e enviado para as diferentes associações, mas quase nenhuma respondeu. A única que apresentou resposta, informou que não tinha jovens que se enquadrassem nos critérios dos participantes.

Perante este entrave, os jovens integraram o estudo a partir da recomendação de outros, recorrendo assim à estratégia de *snowball*. Por forma a tentar maximizar o número de participantes, também foram utilizadas redes sociais como o Instagram. Recorrendo a uma publicação na rede de amigos, o objetivo seria obter resposta de jovens que se enquadrassem na amostra ou que conhecessem alguém que enquadrasse.

2.2. Questões éticas

A presente investigação respeitou integralmente os princípios éticos exigidos na realização de estudos com participantes humanos, em particular com jovens potencialmente vulneráveis. O estudo foi aprovado pela Comissão de Ética da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, após a submissão do respetivo formulário e documentação exigida, incluindo o Termo de Consentimento Informado (Anexo 2) e o Pedido de Autorização ao Encarregado de Educação (Anexo 3), sempre que aplicável.

Antes de cada entrevista, foi apresentado e explicado o objetivo do estudo, assim como os direitos dos participantes, incluindo o direito à desistência a qualquer momento, sem

prejuízo. O consentimento informado foi obtido por escrito, de forma clara e compreensível, salvaguardando a autonomia e a voluntariedade dos jovens.

A confidencialidade e o anonimato foram integralmente assegurados. Para isso, todos os participantes foram identificados com pseudónimos, não sendo recolhida qualquer informação que permitisse a sua identificação direta. Os dados foram armazenados em local seguro, protegidos por palavra-passe e utilizados exclusivamente para fins académicos, sendo posteriormente eliminados após a conclusão do estudo.

Tendo em conta o conteúdo sensível abordado nas entrevistas, foram considerados os potenciais riscos emocionais. Caso algum participante demonstrasse desconforto, estava previsto o encaminhamento para apoio psicológico. No entanto, todos os jovens completaram a entrevista sem necessidade de intervenção adicional. Os limites da confidencialidade foram igualmente esclarecidos, em particular quanto à obrigatoriedade de comunicação em caso de risco para o próprio ou terceiros.

O procedimento adotado procurou, assim, garantir o respeito pelos direitos e pelo bem-estar dos participantes, assegurando simultaneamente a integridade científica e ética do processo investigativo.

Importa ainda salientar que se optou por não se obter informação sobre o motivo da prisão do parente, de forma a manter a privacidade relativamente à sensibilidade do tema.

2.3. Recolha de dados

A recolha de dados teve início após a aprovação do projeto pela Comissão de Ética da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Numa primeira fase, foram contactadas instituições e associações com intervenção junto de jovens com experiência de reclusão parental, com o objetivo de aceder a participantes que se enquadrassem nos critérios definidos para a amostra. Estes contactos foram realizados por email (Anexo 4), tendo sido solicitado o apoio na identificação de jovens disponíveis e interessados em participar no estudo.

Contudo, esta abordagem revelou-se infrutífera, quer pela dificuldade em mobilizar os jovens por via institucional, quer pela reduzida resposta por parte das entidades. Assim, foi necessário reformular o processo, passando a recorrer a contactos diretos com jovens previamente identificados através de redes informais e de confiança, respeitando sempre os critérios de inclusão definidos.

Foram então agendadas entrevistas com os participantes que aceitaram colaborar no estudo, sendo-lhes previamente fornecido o Termo de Consentimento Informado. Todas as entrevistas foram realizadas entre abril e maio de 2025, em formato presencial ou online, consoante a preferência e disponibilidade de cada jovem. A duração variou entre 20 e 40 minutos.

Cada entrevista iniciou-se com uma breve contextualização do estudo, seguida da confirmação do consentimento informado. A entrevista decorreu de forma flexível, com base num guião semiestruturado, permitindo ao entrevistado partilhar livremente as suas experiências. Com autorização expressa dos participantes, todas as entrevistas foram gravadas com o objetivo de garantir uma transcrição rigorosa dos dados.

2.4. Instrumento

Tendo em conta o objetivo deste estudo, compreender as perceções de jovens face à experiência de reclusão parental, optou-se pela entrevista semiestruturada como instrumento de recolha de dados. Este formato permitiu explorar com profundidade os significados atribuídos pelos participantes às suas vivências, garantindo simultaneamente flexibilidade e coerência entre entrevistas.

O guião foi previamente construído com base na literatura sobre os impactos da reclusão parental, incluindo questões organizadas em três grandes dimensões:

1. Impactos - na qual se procura aceder às emoções sentidas devido à experiência da reclusão parental, às alterações comportamentais por parte do jovem e às reações sociais na família/escola. A literatura destaca que a ausência de um dos pais devido ao encarceramento pode provocar alterações significativas no bem-estar psicológico, nas dinâmicas comportamentais e na vida social do jovem (Murray & Farrington, 2008; Wildeman, 2014). Dessa forma, esta dimensão foi estruturada em três subdimensões:
 - 1.1 Reações emocionais – A reclusão de um progenitor desencadeia um conjunto de respostas emocionais nos jovens, incluindo sentimentos de perda, culpa, vergonha, medo e raiva (Boswell, 2002; Johnston, 1995). Além disso, os significados atribuídos pelos jovens à experiência de ter um parente na prisão podem influenciar a forma como lidam com essa realidade (Phillips & Gates, 2011).
 - 1.2 Reações comportamentais – Estudos indicam que a reclusão parental pode levar a mudanças comportamentais nos jovens, nomeadamente, retraimento

social, agressividade ou adoção de mecanismos de *coping* positivos e negativos (Arditti, 2012). O objetivo desta sub-dimensão é explorar a forma como os jovens lidam com a ausência do progenitor, identificando estratégias de adaptação e resiliência.

- 1.3 Implicações sociais – A reclusão parental não afeta apenas o jovem, mas também as dinâmicas familiares e sociais. O estigma associado ao encarceramento pode gerar discriminação e dificuldades na escola, levando a sentimentos de exclusão ou rejeição (Murray, 2007). Esta sub-dimensão permite compreender como a família, os pares e a comunidade escolar reagem à situação e qual a perspectiva do impacto dessas reações na vida social do jovem.
2. Relacionamento com o parente recluso – A continuidade ou ruptura da relação entre o jovem e o parente recluso é um fator crucial para o seu bem-estar emocional (Poehlmann, 2005). Estudos sugerem que manter o contacto com o progenitor encarcerado pode ter benefícios, como a preservação do vínculo afetivo e a promoção da estabilidade emocional, desde que a relação seja positiva e suportada por um ambiente familiar saudável (Shlafer & Poehlmann, 2010). Assim, esta dimensão visa compreender como os jovens percebem a sua relação com o parente recluso antes e após o encarceramento, bem como os meios utilizados para manter o contacto.
3. Conselhos e sugestões – A inclusão da perspectiva dos jovens sobre estratégias de mitigação do impacto da reclusão parental é essencial para contribuir para o desenvolvimento de medidas mais eficazes de apoio (Loucks, 2004). Frequentemente, as políticas e programas direcionados a crianças de reclusos são concebidos sem a sua participação direta, o que pode limitar a sua adequação às reais necessidades (Robertson, 2007). Esta dimensão permite dar voz aos jovens e recolher sugestões sobre práticas e políticas que possam melhorar a sua experiência e reduzir os efeitos negativos da reclusão parental.

As entrevistas contam ainda com perguntas de abertura que permitem uma descrição espontânea acerca do fenómeno a ser explorado por parte do entrevistado, assim como com questões de *follow-up*, que possibilitam aprofundar a resposta do entrevistado (Kvale e Brinkmann, 2009).

Além disso, para que a transcrição posterior seja o mais fiel possível, foi fundamental a gravação das entrevistas (Braun e Clarke, 2013). Às vezes, tomar notas

apenas não é suficiente, considerando a grande quantidade de dados que um pesquisador poderá receber. Desta forma, pode-se acabar por esquecer informação ou não conseguir anotar tudo. Nesses casos, é importante que os participantes concordem em ser gravados, para garantir que nada seja perdido (Alsaawi, 2014). Desta forma, é recomendada a gravação e a transcrição das entrevistas, uma vez que estas ajudam a ultrapassar as limitações humanas já enumeradas, permitem uma análise mais aprofundada da resposta do entrevistado, assim como permitem que o entrevistador ouça a entrevista mais de uma vez. Além disso, proporcionam a redução das alegações de preconceito por parte do pesquisador (Alsaawi, 2014).

3. Procedimentos analíticos

3.1. Análise temática

Para a análise dos dados recolhidos foi utilizada a análise temática, conforme proposta por Braun e Clarke (2006, 2013), por se tratar de um método eficaz para identificar, organizar e interpretar padrões de significado em dados qualitativos. Esta abordagem mostrou-se particularmente adequada à natureza exploratória deste estudo, que procurou aceder às perceções e reações subjetivas de jovens face à reclusão parental, a partir das suas próprias narrativas.

A análise temática permite uma abordagem sistemática, mas simultaneamente flexível, que se adapta bem a investigações com uma orientação crítica, interpretativa e centrada na voz dos participantes. Parte de categorias pré-estabelecidas a partir das quais se definiram as dimensões das entrevistas, mas também da interação entre a leitura dos dados e a pergunta de investigação (Clarke & Braun, 2017). Deste modo, foi possível partir de algumas dimensões teóricas sugeridas pela literatura, como impactos emocionais, comportamentais e sociais, sem deixar de abrir espaço para a emergência de significados novos a partir do discurso dos participantes.

O processo de análise decorreu em seis fases, conforme delineado por Braun e Clarke (2006):

1. Familiarização com os dados, através da leitura atenta e repetida das transcrições, acompanhada de notas reflexivas;
2. Codificação inicial, onde se identificaram excertos relevantes que captavam elementos significativos para a questão de investigação;

3. Construção de temas, a partir da agregação de códigos com afinidade conceptual ou experiencial;
4. Revisão dos temas, garantindo coerência interna e distinção clara entre categorias;
5. Definição e nomeação dos temas, para assegurar que refletiam fielmente o conteúdo analisado;
6. Redação do relatório final, com integração de excertos representativos e análise crítica de cada tema.

A codificação foi feita manualmente, sem recurso a software de análise qualitativa, respeitando a lógica interpretativa do processo (Nowell et al., 2017).

Optou-se por uma abordagem predominantemente indutiva, ou seja, centrada nos dados, embora informada por categorias teóricas previamente estudadas. Esta opção permitiu um equilíbrio entre o diálogo com a literatura e a valorização das narrativas singulares dos participantes. A análise teve, assim, uma natureza reflexiva, implicando decisões contínuas sobre o que considerar significativo e como estruturar a interpretação.

Os temas identificados são apresentados no capítulo seguinte e organizados de acordo com as três grandes dimensões de análise previamente definidas: impactos percebidos pelo jovem em relação à reclusão parental, relação com o progenitor recluso e sugestões dos participantes. Cada tema foi ilustrado com excertos das entrevistas, selecionados de forma a demonstrar não apenas a frequência de determinadas ideias, mas sobretudo a sua profundidade e complexidade subjetiva.

Capítulo III – Apresentação e Discussão de Resultados

1. Apresentação dos Resultados

A presente secção dedica-se à apresentação dos resultados obtidos através da realização das entrevistas semi-estruturadas com jovens que experienciaram a reclusão parental. A análise dos dados qualitativos permitiu aceder às suas vivências, perceções e estratégias de adaptação face a uma realidade marcada por desafios emocionais, sociais e relacionais.

Partindo da premissa de que a reclusão parental é um fenómeno com múltiplas implicações para o desenvolvimento infantil e juvenil (Murray & Farrington, 2008; Wildeman & Western, 2010), este estudo procurou ouvir diretamente os jovens afetados e compreender as perceções dos mesmos sobre as suas reações. Conforme salientam Loucks (2004) e Robertson (2008), a escuta ativa destes jovens é essencial para compreender não apenas os efeitos da ausência parental, mas também para identificar medidas de apoio ajustadas às suas necessidades.

A estrutura desta análise assenta em três grandes dimensões: as perceções dos impactos emocionais, comportamentais e sociais da reclusão parental no ponto de vista do jovem; o relacionamento com o parente recluso; e os conselhos e sugestões apresentados pelos jovens para minimizar os efeitos negativos desta experiência. Estas dimensões foram definidas à luz da literatura até aqui apresentada, sempre centrando a análise na perspetiva subjetiva dos entrevistados.

As entrevistas, enquanto método privilegiado na investigação qualitativa, permitiram aceder às perceções do jovem relativamente às suas reações cognitivas, alterações comportamentais e implicações sociais vivenciadas pelos jovens, bem como às suas perceções sobre o papel da escola, da família e da comunidade no apoio (ou ausência dele) durante o processo de ajustamento.

Através desta análise, pretende-se não apenas compreender os impactos da reclusão parental, mas também desconstruir estigmas e contribuir para a construção de respostas mais humanas, inclusivas e participadas, centradas nas experiências reais destes jovens.

2. Análise Temática das Entrevistas

Com base nas quatro entrevistas realizadas, a análise temática foi organizada em três grandes dimensões, de acordo com os objetivos do estudo: (1) Percepção dos impactos da reclusão parental na ótica do jovem; (2) Relação com o parente recluso; e (3) Conselhos e Sugestões. Esta organização permite que a análise seja ilustrada por excertos dos próprios jovens, que retratam a realidade que é impercetível para tantos outros.

Os participantes, referidos neste estudo por nomes falsos, viveram e vivem histórias bastante distintas, sendo que há algo que os une, a reclusão parental.

O Tiago é o participante mais velho, tem 26 anos e está a terminar o mestrado na vertente das Tecnologias e trabalha num supermercado. Gosta de jogar videojogos e andar de mota, gosto que ganhou com o pai, que viu ser preso quando tinha 15 anos. Passou 4 anos sem o ver e não queria acreditar que a prisão seria verdade. Com a reclusão do pai, viu-se obrigado a tomar a sua posição e a cuidar da mãe, que sempre cuidou dele, mesmo com todas as dificuldades económicas e psicológicas associadas. Por norma, Tiago visita o pai de 2 em 2 semanas.

O José tem 19 anos e é agora mecânico, como sempre quis. Andou numa escola profissional e viu o pai ser preso com 13 anos, embora o mesmo tenha estado já preso desde o nascimento de José até completar os 4 anos. José via, e vê, o seu pai como um exemplo a seguir, apesar de reconhecer as falhas que o levaram a estar encarcerado. José sempre viveu com a mãe e também se viu na necessidade de ocupar o lugar que o seu pai deixou vazio e de amadurecer mais rápido que o expectável. José faz os possíveis para visitar o pai todos os Sábados e tenta manter contacto telefónico diariamente.

A Daniela é a participante mais jovem, com 16 anos e está a estudar numa escola profissional. Pratica teatro e considera o seu refúgio para os momentos em que recorda a prisão do pai. Tinha 15 anos quando o seu pai foi preso por abuso sexual, e sente-se culpada por isso. Daniela nunca foi visitar presencialmente o pai.

Por fim, Maria tem 25 anos e está, de momento, desempregada e sem expectativas para o futuro. Tinha 12 anos quando o seu pai foi preso e refugia-se na música e a ver séries. Maria considera que a prisão a impediu de poder “*sonhar alto*” e que um apoio psicológico mais precoce teria evitado algumas “*más escolhas*”. Maria fez algumas visitas ao pai, mas considera a prisão um local frio e desumano.

1. Impactos da Reclusão Parental

1.1 Reações Cognitivas

Os jovens demonstraram uma variedade de emoções aquando do conhecimento da reclusão parental, como negação, tristeza, culpa ou choque:

A negação, tão bem retratada pelo Tiago em *"Ao início, pensei que devia de haver algum engano. [...] Senti-me bastante triste, como se tivesse perdido um amigo bastante próximo"* funde-se com a tristeza da perda de alguém importante. O Tiago ficou tão sentido com a situação da prisão e o que levou à mesma que só passados 4 anos após a reclusão é que foi visitar o pai pela primeira vez, sendo que atualmente sente que *"ele aparenta ter mudado de ideias no fundo, ter mudado um bocadinho o mindset dele e parece estar mais tranquilo, digamos"*.

"Pensei que devia haver algum engano, que ele ia voltar. [...] Primeiro, confusão, porque eu era nova e não percebia bem o que se estava a passar. Depois, medo. Como ia ser a nossa vida sem ele? E depois veio a raiva. Como é que ele pôde meter-se numa situação destas?" representa tanto a negação como a incredibilidade e sentimentos de medo e raiva. Estas palavras, de Maria, foram ditas muito pausadamente, o que corrobora a sua postura perante a vida. Está desempregada e completamente sem expectativas para o futuro e sente que a prisão do pai contribuiu em grande parte para isso. Embora já não esteja preso, Maria acabou por se *"habituara a não contar com ele, mas ao mesmo tempo, essa ausência nunca deixou de estar lá"*, o que leva a perceber que ela carrega uma mágoa que nem a saída da prisão corrige.

Mesmo sabendo que foi vítima, Daniela sentiu-se culpada pela prisão do pai *"Senti culpa, não é? Porque ele está preso por minha causa. [...] Mesmo que quem fez mal foi ele..."*. Embora tenha estado parte da sua vida num Colégio, a Daniela foi vítima de abusos sexuais por parte do pai e, para além do sentimento de culpa, também se sentiu claramente triste: *"Então eu fiquei triste, não é?"*. Esses sentimentos foram transmitidos tanto nas palavras como na sua postura e expressão.

Já o José apresentou uma postura mais efusiva em relação à prisão do pai: *"Fiquei desiludido. [...] Pensei em ir buscá-lo, em libertá-lo. Queria ele liberto."* A prisão do pai teve um grande impacto para José, que não queria saber de mais nada a não ser do seu pai: *"Na escola não ligava para nada, só queria saber se meu pai estava bem"* e sente *"falta do meu melhor amigo"*.

1.2 Reações Comportamentais

As reações comportamentais relativamente ao momento da detenção (ou da notícia da prisão) dos pais variaram entre isolamento, revolta e estratégias de *coping*, como o envolvimento em atividades lúdicas ou artísticas:

Aos olhos de Tiago, *"a negação e o isolamento foram as principais reações nos primeiros momentos"*. Tiago está agora a terminar o mestrado e trabalha em *part-time*, mas nos primeiros anos da prisão do pai, o seu refúgio era nos videojogos, sozinho. No entanto, Tiago refere que, hoje-em-dia, já não se isola tanto, gostando até de *"ir dar uns passeios ao fim de semana de moto e ver concentrações, um dos locais que também costumamos frequentar muito ao fim de semana é o cais de Gaia que costuma ser frequentado por motociclistas"*.

A Maria apresentou uma abordagem à prisão do pai semelhante ao Tiago: *"Fiquei mais fechada, não falava com ninguém. Sentia que ninguém me compreendia"*. Além disso, Maria sentiu a necessidade de bloquear tudo (redes sociais): *"Fazia de conta que não me afetava. Mas, lá no fundo, afetava mais do que eu queria admitir"*, até mesmo por uma questão de segurança *"passei a sentir que a qualquer momento, algo podia correr mal outra vez"*.

O José está a lidar com a prisão do pai pela segunda vez, estando desde tenra idade sinalizado junto de equipas como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco. Desde cedo apresentou comportamentos agressivos e, perante esta notícia, não foi diferente: *"Revoltado! Virava-me a qualquer um"*.

A Daniela foi quem apresentou uma reação mais vulnerável *"Fiquei mais sensível, chorei no dia seguinte. [...] Mas pronto, não posso fazer nada sobre o assunto, então a única coisa que posso fazer é viver."* Daniela partilhou a sua frustração por não poder fazer nada que a retirasse desta realidade de ter o pai preso e do motivo que o levou a tal, mas um dos locais que a Daniela frequenta que a permite desanuviar e expressar os seus sentimentos é o teatro: *"Faço teatro e assim..."*

1.3 Implicações Sociais

Relativamente às implicações sociais da reclusão parental, todos os participantes relatam alterações na relação com amigos, professores e familiares, devido ao estigma ou à dinâmica familiar:

O Tiago, cujo pai foi preso aos 15 anos, relata que *"houve alguns amigos [...] que acabaram por se afastar muito provavelmente devido a medo, tanto da parte se calhar deles, por não perceber muito bem a situação ou até mesmo por exigência dos pais, por não quererem que os filhos se dessem comigo tendo em conta a situação"*, o que evidencia o estereótipo pejorativo criado pelos pais dos colegas do jovem. Na perspectiva dos mesmos, se o pai do Tiago é delinquente e está preso, o Tiago também será, tornando-o uma má influência para os seus filhos, inculcando o mesmo preconceito nos jovens colegas.

Já o José partilhou uma informação deveras interessante e intrigante. Para além de partilhar que efetivamente *"houve alteração de atitudes e atividades que eu não tinha que fazer e agora tenho que fazer tipo... crescer mais rápido"*, em relação aos relacionamentos com os colegas *"Os que me tratam mal, eu não ligo. Já não... já não me faz diferença. E os professores, não... Não dão nenhuma, não querem saber."* José conta que na escola onde andou, o facto de ter um dos pais preso era algo habitual: *"Sinto que é uma coisa bastante habitual atualmente. [...] Principalmente nas andanças que eu tenho, habitual. [...] Escolas profissionais é habitual"*. Esta afirmação indica que, do ponto de vista de José, os jovens que estudam em escolas profissionais estão mais expostos a realidades mais adversas que os que frequentam o ensino regular, que José deixou quando tinha 15 anos para se dedicar ao mundo da mecânica.

No que diz respeito às alterações sentidas pelas jovens do sexo feminino, a realidade é um pouco distinta. Ambas as participantes, Daniela e Maria, partilham de uma sensação de que as alterações nas relações são mais por parte dos rapazes, que as tratam com mais cuidado e delicadeza. Daniela partilha que *"Os que sabem normalmente são raparigas, porque é algo mais vindo de homens. Agora rapazes que sabem, tipo é normal eles mudarem comigo"*. Daniela sente que os rapazes que estão cientes da sua situação acabam por ter uma postura mais protetora, sobretudo no *"toque físico"*, embora Daniela tente que as relações se mantenham como antes – *"Agora eu mudar com eles normalmente não acontece"*.

Já Maria considera que a prisão do pai lhe trouxe vulnerabilidade, uma vez que *"alguns amigos afastaram-se, outros começaram a tratar-me como se eu fosse super frágil."* Este rótulo imposto pelos outros afetou negativamente Maria, que expôs ainda que as pessoas a tratavam *"muitas vezes, com pena. E eu odiava isso. Outras vezes, com desconfiança, como se achassem que eu também ia acabar no mesmo caminho."*

Além disso, Maria ainda acrescenta que a relação com a sua cuidadora, a mãe, *"ficou mais difícil, porque ela estava sempre preocupada e stressada com as despesas e assim"*,

o que demonstra mais um impacto negativo da reclusão parental, no caso financeiro, já que a pessoa-cuidadora acaba por ficar sobrecarregada com as responsabilidades da monoparentalidade. Por outro lado, Tiago reconhece todo o esforço que a sua mãe fez durante a reclusão do seu pai: *“consigo dar o valor que a minha mãe realmente merece, por todo este tempo que teve de atravessar sozinha e cuidar de mim, não é? Não é de todo fácil.”*, acabando por fortalecer a sua relação com ela.

Destas afirmações, retira-se que nenhum dos jovens deixou de revelar a problemática do estigma nas suas vidas, um de uma forma mais acentuada, outros de modo mais leviano.

2. Relacionamento com o Parente Recluso

As experiências de relacionamento atual com o pai recluso variam entre manutenção do vínculo com visitas e chamadas telefônicas, e total ausência de contacto.

O José mantém contacto com o pai recluso diariamente *“Ele liga-me todos os dias.”*, sendo que o visita *“pelo menos duas vezes por mês”*, normalmente ao sábado. A distância geográfica não é um entrave, pois são cerca de 15km de distância de sua casa ao Estabelecimento Prisional onde se encontra o seu pai, e José descreve as visitas como *“tranquilas”*. José aborda apenas uma leve inquietação em relação aos guardas prisionais, que por serem tão exigentes nas suas tarefas, acabam por demonstrar um pouco de insensibilidade em relação aos familiares *“e [...] mesmo falhando alguma coisa, não podemos entrar. Então eles não ligam aos sentimentos, apenas às regras”*. De resto, descreve as visitas da seguinte forma: *“Nós sentamos, escolhemos o lugar que estiver vago e ficámos para lá, uma horinha, horinha e meia. Depois a buzina toca, temos que ir embora, pronto. Durante a visita ficamos só a falar, não podemos fazer nada demais”*, concluindo ainda que *“Não é tão mau como parece! Passam uma imagem muito negativa, sendo que eu vejo reclusos a brincar uns com os outros.”*

Já o Tiago esteve um pouco relutante no início relativamente em visitar o seu pai *“a primeira vez que o fui visitar foi no meu aniversário quando fiz 19 anos.”*, tendo passado 4 anos sem o ver. Atualmente, Tiago vai *“de 2 em 2 semanas, quando é possível”* e sente-se bem e confiante, pois em breve o pai estará a sair e, de acordo com Tiago, *“ele parece estar determinado a mudar o tipo de atitudes que o levaram a estar onde está hoje”*. Relativamente à prisão, Tiago informa que *“uma opinião sobre essa parte seria um bocadinho mais baseada naquilo que o meu pai me vai partilhando do que propriamente*

uma opinião pessoal”, mas também afirma que as visitas são tranquilas e a única preocupação incide sobre as revistas, que acabam sempre por ser um momento tenso.

A Maria partilha que foi *"algumas vezes, mas custava-me bastante"* pois sente que *"o tempo parou ali"*. Maria descreve a prisão como *"um lugar feio, pesado"* assim como *"fria"* e *"desumana"* e fica a imaginar como serão os dias lá dentro e como se entretém o seu pai naquelas quatro paredes.

Por fim, Daniela distancia-se dos restantes participantes, uma vez que não mantém, de todo, contacto com o pai após a prisão - *"nenhum, há anos"*.

No que diz respeito ao relacionamento com o seu parente recluso em si, muitos descreveram as relações como próximas antes da reclusão:

O Tiago revela que, antes do pai ser preso, era *"Talvez até mais próximo do meu pai do que da minha mãe. [...] Era como se fôssemos amigos inseparáveis."*, o que se assemelha muito à opinião de José, que descreve a sua relação como *"pai e filho, melhor amigo. Fazíamos tudo juntos"*.

A Maria revela que a sua relação com o seu pai *"Era boa. Ele tinha os defeitos dele, mas eu via-o como um bom homem,"*, sendo uma descrição muito semelhante à que partilha Daniela, que revelou que *"Se tivesse que sentir falta de alguma coisa, seria do meu pai, mas da versão dele que era boa comigo."*

As experiências relatadas pelos jovens demonstram que a manutenção ou a rutura do vínculo com o progenitor recluso constitui uma dimensão profundamente pessoal, influenciada tanto pela qualidade da relação prévia como pelas condições e significado atribuído às visitas. De salientar também que as participantes do sexo feminino evitaram abordar a questão das visitas por se sentirem desconfortáveis em relação às mesmas. Contudo, importa referir que nenhum participante referiu a mãe ou nenhum cuidador como entrave para as visitas.

3. Conselhos e Sugestões

3.1 Conselhos para Outros Jovens

Nesta secção são apresentados os conselhos que os próprios jovens gostariam de ter recebido após a notícia da prisão do seu pai, por forma a ajudar a lidar melhor com essa realidade.

O Tiago, apesar de achar estranho o conselho que partilhou, assenta que o melhor que um jovem na mesma situação poderá fazer é *"Tentar viver a vida o mais normalmente possível [...] Manter a mente ocupada com outro tipo de tarefas que mais gostamos."*

Tiago explica que, para algumas pessoas, a falta de alguém “*acaba por ser uma fonte de energia*”, revelando ainda que os jovens com um pai presos são forçados a “*ser mais independentes e resilientes*”, uma vez que são obrigados a crescer na ausência de uma pessoa que teria a missão de os proteger e guiar. Conclui que, “*apesar de ser muito difícil*”, o ideal é “*não dar muita importância à situação*”.

O José mantém a linha de raciocínio, partilhando que “*Diria para ocuparem bastante a mente [...] Não quererem uma escapatória com uma droga ou a vida do crime.*”, o que demonstra uma preocupação e noção de que há jovens que optam por isso para se refugiarem da realidade. Sugere que os jovens devem inventar coisas diferentes para fazer como “*andar de skate, andar de trotinete, a andar de bicicleta, estar com os amigos. Não a droga nem o roubo, nem a criminalidade*”, espelhando a maturidade precoce que adquiriu ao ver o seu pai ser preso.

Já a Maria incide nos fatores de proteção, afirmando “*para não terem vergonha e para não acharem que têm de passar por isto sozinhos*”, reforçando ainda a ideia de que “*esta situação não define quem és nem o teu futuro*”. Acrescenta também, a título de curiosidade, que “*ter um animal de estimação*” a ajudou muito.

Por fim, Daniela adotou uma postura de quem não tem nenhum conselho para dar - “*Temos que viver, não é?*”. Expõe que era criança quando tudo aconteceu e transmite a ideia de que nada foi feito ou explicado, partilhando que “*na época também era criança, então eu não sabia o que é que está a acontecer [...] depois comecei a crescer, comecei a perceber as coisas*”. Daniela foi quem mais se distanciou dos restantes participantes ao não apresentar nenhum conselho. Este discurso transmite a ideia de que Daniela se sentiu perdida quando era mais nova e careceu de conselhos, corroborando o conceito da percepção de impotência apresentado por Zhang e Flynn (2025).

3.2 Sugestões de Medidas de Apoio

Embora esta secção seja muito idêntica à anterior, aqui são divulgadas algumas sugestões de medidas públicas/comunitárias que os participantes consideraram que fossem ser benéficas para jovens na mesma situação que eles.

Começando pelo Tiago, ele considera que o mais importante será criar “*Mais atividades e apoios. [...] Desde ajuda psicológica, atividades extracurriculares, torneios de videojogos*”. Tiago dá o enfoque às atividades extracurriculares, uma vez que “*já existem usualmente nas nossas escolas*”. No entanto, julga que deveriam ser mais incentivadas, pois, sobretudo para jovens com experiências traumáticas como a reclusão

parental, estas atividades permitem que os jovens estejam *“focados em algo que realmente nos faz bem e nos traz coisas boas”*.

A Maria reforça novamente a necessidade de aumentar e fortalecer o *“apoio psicológico”*. Maria acredita que *“ter alguém com quem falar pode mudar completamente a forma como lidamos com isto”*, já que uma visão de fora a pode ajudar a ver a realidade de outra forma e abrir um leque de opções que antes pareciam bloqueadas. Além disso, aborda a necessidade de desconstruir o estigma associado a jovens filhos de reclusos – *“as pessoas precisam de perceber que ser filho de um recluso não nos torna menos capazes ou menos dignos”* e ainda de criar mais oportunidades, uma vez que, e pelas palavras de Maria: *“Muitos filhos de reclusos crescem com dificuldades financeiras e falta de apoio, o que torna tudo mais difícil. Era importante haver bolsas de estudo, programas de emprego, mentoria... algo que mostrasse que temos um futuro para além desta situação.”*

O José direciona a sua sugestão para a criação de *“atividades mesmo dentro da prisão”*. Sugere, assim, uma *“visita mais interativa”* com os filhos como, por exemplo, jogar à bola ou à macaca. José justifica a viabilidade desta sugestão com a existência de visitas íntimas: *“Se há a possibilidade de visitas íntimas, porque é que não há possibilidade de uma visita [...] divertida com o filho?”* e pela presença de recursos para tal: *“ali logo na entrada, nós depois de sermos revistados, tem um pátio bastante grande. Onde eles guardam até aquelas carrinhas para levar os presos para o hospital ou para um sítio que eles precisem... Para um inibidor de drogas, como eles fazem os testes. Pá eles, em vez de usarem esse espaço, para só guardar esterqueira que têm lá, fazer ali um espaço para estar com o pai e não sentar numa sala fechada. Vimos cá fora, aquilo é seguro. Eles sabem muito bem que eles não trepam paredes.”*

Para terminar, a Daniela sugere a constituição de uma espécie de *“terapia de adolescentes com adolescentes”*, na qual, na primeira sessão haveria um adulto que orientava algumas atividades para fomentar a conexão entre os jovens, de modo que os mesmos se sentissem à vontade para conversar e desabafar entre eles.

Importa destacar o contributo dos jovens entrevistados na formulação de propostas para melhorar a resposta institucional a esta problemática. As suas sugestões, como a criação de programas de apoio psicológico, atividades de ligação com os pais nas prisões e medidas de combate ao estigma, vão ao encontro das recomendações internacionais propostas por organismos como a *Children of Prisoners Europe (COPE)* (Robertson, 2007; Loucks, 2004). A inclusão das perspetivas dos próprios jovens no desenho de

políticas públicas é essencial para garantir medidas mais justas, eficazes e adaptadas às necessidades da população infantojuvenil afetada pela reclusão parental. As sugestões apresentadas pelos jovens participantes evidenciam uma compreensão das suas próprias necessidades e dos desafios enfrentados por outros jovens em situações semelhantes.

3. Discussão de Resultados

Como seria de esperar, a análise revela que a experiência da reclusão parental tem um impacto profundo na vida dos jovens, afetando a sua estabilidade emocional, comportamento e relações sociais. As dimensões analisadas permitem observar que, apesar das dificuldades enfrentadas, estes jovens demonstram capacidade de resiliência, consciência crítica e um desejo ativo de participação na construção de soluções.

Apesar das dificuldades, os jovens demonstram capacidade de resiliência e propõem soluções para mitigar os efeitos negativos da ausência parental, destacando a importância de apoio psicossocial, atividades estruturadas e medidas institucionais que promovam o bem-estar e a inclusão. A ligação entre os dados empíricos e a literatura confirma que os efeitos da reclusão parental não se restringem ao âmbito familiar, mas estendem-se ao âmbito escolar, comunitário e político. Deste modo, a literatura apoia a promoção de estratégias de apoio ajustadas, como aconselhamento psicológico, acompanhamento educativo e programas de reintegração familiar.

Por fim, os resultados obtidos através da análise temática das quatro entrevistas revelam a complexidade da experiência vivida por jovens com um parente próximo em reclusão, destacando a multiplicidade de impactos ao nível emocional, comportamental e social percebidos pelo próprio jovem. Esta secção visa agora refletir criticamente sobre esses resultados à luz da literatura existente e propor direções futuras tanto no campo investigativo como ao nível prático e político.

Em relação à dimensão das reações emocionais, a vivência da reclusão parental desencadeia, nos jovens, reações emocionais intensas e diversificadas, incluindo sentimentos de tristeza, raiva, culpa e confusão. Esta constatação está em conformidade com os estudos de Murray e Farrington (2008), que sublinham os efeitos psicológicos profundos da ausência parental, destacando o risco acrescido de desenvolver sintomas internalizantes como ansiedade e depressão. A Teoria Geral das Tensões (Agnew, 1992) oferece um enquadramento teórico pertinente para compreender estas reações, ao

considerar que situações de *stress* acumulado, como o afastamento de um progenitor, a desestruturação familiar ou o estigma social, aumentam a vulnerabilidade dos jovens a comportamentos desviantes ou de retraimento emocional.

Assim, as reações cognitivas descritas pelos jovens revelam de forma clara a profundidade do impacto emocional provocado pela reclusão parental. A diversidade das respostas, desde a negação e tristeza sentidas por Tiago e Maria, à culpa expressa por Daniela, até à desilusão e sentimento de perda vividos por José, evidencia que este fenómeno é vivenciado de forma intensa e pessoal.

Estas narrativas refletem o que a literatura já tem amplamente documentado: a reclusão parental representa para muitas crianças e jovens uma experiência de perda ambígua, uma ausência que é simultaneamente física e emocional, como revelou Maria ao partilhar que acabou por se “*habituar a não contar com ele, mas ao mesmo tempo, essa ausência nunca deixou de estar lá*”. Esta perda pode gerar sentimentos contraditórios de amor, raiva, vergonha ou culpa (Murray & Farrington, 2008; Wildeman & Western, 2010). Também aqui o relato de Maria expõe alguns destes sentimentos: *Primeiro, confusão, porque eu era nova e não percebia bem o que se estava a passar. Depois, medo. Como ia ser a nossa vida sem ele? E depois veio a raiva. Como é que ele pôde meter-se numa situação destas?*”, sendo que a Daniela verbalizou a culpa “*Senti culpa, não é? Porque ele está preso por minha causa.*”

As reações relatadas também confirmam que a reclusão de um progenitor tende a ser interpretada como um acontecimento traumático, que exige dos jovens um esforço significativo de reorganização emocional e cognitiva. Tal como assinala Agnew (1992) na Teoria Geral das Tensões, estas emoções complexas surgem em resposta a fatores de *stress* que excedem a capacidade adaptativa do jovem, potenciando o risco de dificuldades psicológicas e comportamentais se não forem adequadamente apoiadas.

Além disso, o sentimento de culpa verbalizado por Daniela corrobora as reflexões de Poehlmann (2005), que destaca a tendência, em casos de reclusão parental, para as crianças interiorizarem responsabilidade pelo sucedido, mesmo quando são vítimas, o que aumenta a vulnerabilidade a estados depressivos ou de autoimagem negativa.

Estas emoções estão de acordo com a literatura que sublinha o impacto psicológico da reclusão parental nas crianças e jovens (Murray & Farrington, 2008; Wildeman & Western, 2010). Entre as emoções apresentadas, os sentimentos de perda, medo e confusão são as que se destacam. Estas reações iniciais evidenciam uma tentativa de compreensão da nova realidade, frequentemente associada a narrativas de abandono ou

injustiça, ilustrada pelo Tiago ao partilhar que *"Ao início, pensei que devia de haver algum engano. [...] Senti-me bastante triste, como se tivesse perdido um amigo bastante próximo"*.

Assim, a análise desta dimensão reforça a importância de intervenções que permitam aos jovens compreender e elaborar emocionalmente a experiência da reclusão parental, combatendo a culpabilização e promovendo um espaço seguro para a expressão dos seus sentimentos. Este tipo de apoio é essencial para prevenir efeitos de longo prazo e promover trajetórias de desenvolvimento mais saudáveis.

Quanto às reações comportamentais observadas entre os jovens participantes, estas evidenciam que a reclusão parental gera um processo de adaptação altamente individualizado, onde coexistem respostas de retraimento, como a de Maria *"Fiquei mais fechada, não falava com ninguém. Sentia que ninguém me compreendia"*, comportamentos de risco, como a de José *"Revoltado! Virava-me a qualquer um"* e estratégias de *coping* construtivas, como a de Tiago *"ir dar uns passeios ao fim de semana de moto e ver concentrações"*. Invocando novamente ao descrito por Agnew (1992) na Teoria Geral das Tensões, a experiência da perda e do *stress* associado ao afastamento de um progenitor pode originar respostas emocionais e comportamentais diversas, dependendo da rede de suporte disponível, dos recursos pessoais e do contexto familiar e social envolvente.

Os casos de Tiago e Maria ilustram como o isolamento e o evitamento inicial funcionaram como estratégias de auto-preservação num momento de grande instabilidade emocional, evoluindo posteriormente para formas mais adaptativas de gestão emocional, como a prática de atividades de lazer e a busca por novos contextos sociais positivos. Estas trajetórias estão em linha com a literatura sobre resiliência (Masten, 2014), que enfatiza a importância de fatores protetores como o envolvimento em atividades significativas para promover a recuperação emocional.

Por outro lado, a reação de revolta expressa por José exemplifica um dos riscos frequentemente identificados em jovens em situação de adversidade - a manifestação de comportamentos agressivos ou disruptivos, especialmente quando expostos a trajetórias de vulnerabilidade acumulada (Murray & Farrington, 2008). Este tipo de resposta sublinha a necessidade de intervenções precoces e sustentadas que promovam competências de regulação emocional e alternativas saudáveis de expressão da frustração e do sofrimento.

A experiência de Daniela reforça ainda a relevância de espaços criativos como o teatro, que não só funcionam como canais de expressão emocional, mas também como contextos seguros onde os jovens podem reconstruir a sua autoestima e identidade, aspetos fundamentais no processo de superação do estigma associado à reclusão parental (Phillips & Gates, 2011).

Segundo Agnew (1992), alguns destes comportamentos podem ser explicados pela Teoria Geral das Tensões, que sustenta que a exposição a fatores de *stress*, como a “perda” de um progenitor, pode conduzir à delinquência ou à internalização de sofrimento emocional. A diversidade de estratégias de *coping* encontradas confirma que, apesar da adversidade, muitos jovens desenvolvem formas de resistência e adaptação.

Em síntese, esta análise confirma que, perante um contexto de *stress* intenso, os jovens não são passivos, eles constroem respostas adaptativas diversas, cuja eficácia depende fortemente das oportunidades de suporte e de expressão emocional que lhes são proporcionadas. Isto reforça a importância de políticas e práticas que garantam aos filhos de reclusos acesso a atividades estruturadas, apoio psicossocial continuado e espaços de expressão positiva, essenciais para promover o seu desenvolvimento saudável e prevenir trajetórias de risco.

No que diz respeito às implicações sociais, as experiências relatadas pelos jovens evidenciam, de forma clara, que as implicações sociais da reclusão parental não se restringem ao espaço familiar, mas repercutem-se intensamente no contexto relacional dos jovens, marcando as suas interações com colegas, professores e até com os próprios cuidadores.

A análise revela que o estigma social associado à condição de filho de um recluso continua a ser uma realidade profundamente enraizada. As reações descritas por Tiago e Maria demonstram que a rotulagem social (Becker, 1963) atua não apenas a nível das representações sociais dos adultos (pais de colegas, professores), mas também é interiorizada e reproduzida pelos pares, afetando a autoimagem e o sentimento de pertença dos jovens (Phillips & Gates, 2011). Como consequência, surgem sentimentos de exclusão, vulnerabilidade e, em alguns casos, a necessidade de adaptação forçada, como relatado por José, que refere ter sido obrigado a “*crescer mais rápido*”.

O género também se revela um fator diferenciador na forma como as implicações sociais são experienciadas: as participantes do sexo feminino relatam alterações subtis, mas significativas na postura dos colegas, que passam a adotar uma atitude de condescendência ou superproteção, o que reforça o sentimento de fragilidade e de perda

de controlo sobre as relações interpessoais. Este fenómeno ilustra bem o que Poehlmann (2005) descreve como os “efeitos indiretos” da reclusão parental na construção da identidade social e de género dos jovens.

Além do impacto no círculo social, as alterações no equilíbrio familiar, evidenciadas no caso de Maria e também reconhecidas por Tiago, sublinham a sobrecarga imposta às famílias monoparentais após a reclusão, o que se traduz em novas dinâmicas de *stress* económico e emocional (Murray & Farrington, 2008). Estes dados reforçam a importância de políticas de apoio às famílias cuidadoras, que devem ser vistas como agentes centrais na promoção do bem-estar dos filhos de reclusos.

Assim, a Teoria da Rotulagem de Becker (1963) ajuda a explicar diferentes reações sociais. Jovens filhos de reclusos tendem a ser associados a uma identidade estigmatizada, o que pode reforçar sentimentos de exclusão e desvalorização (Phillips & Gates, 2011). Esta dimensão reforça a necessidade de políticas escolares e comunitárias e sociais mais inclusivas e informadas sobre esta realidade.

Em suma, esta secção demonstra que o estigma social e as alterações nas redes de apoio são elementos críticos no percurso de adaptação dos jovens afetados pela reclusão parental. A criação de contextos escolares e comunitários mais informados, sensíveis e inclusivos é, portanto, essencial para atenuar o impacto destas experiências, prevenindo trajetórias de exclusão e promovendo a integração e o desenvolvimento positivo dos jovens (Loucks, 2004; Robertson, 2007).

No que toca à relação com o parente recluso, a continuidade desta revelou-se um fator relevante na estrutura emocional dos jovens. Nos casos em que o contacto foi mantido, observou-se um sentimento de ligação, mesmo em condições adversas. A literatura tem vindo a demonstrar que a preservação de vínculos afetivos com o progenitor pode reduzir o sofrimento emocional e promover a estabilidade psíquica dos jovens (Shlafer & Poehlmann, 2010). Contudo, também ficou evidente que a experiência da visita ao estabelecimento prisional pode ser dolorosa e ambivalente, confirmando os dados de Arditti (2012) sobre os impactos negativos das visitas quando não existem condições adequadas ou preparação emocional.

Tal como sublinha Poehlmann (2005), o contacto regular e positivo com o progenitor encarcerado pode representar um importante fator de proteção emocional, contribuindo para reforçar sentimentos de pertença e continuidade nas relações familiares. Esta função protetora é visível nos testemunhos de José e Tiago, que valorizam a possibilidade de manter contacto frequente e tranquilo, mesmo num contexto institucional adverso.

Por outro lado, as dificuldades emocionais associadas à experiência de visita, como ilustrado por Maria, estão em consonância com os dados de Arditti (2012), que alerta para o potencial impacto negativo das visitas quando estas ocorrem num ambiente frio, desumano e sem preparação adequada para os familiares. A experiência de Daniela, que opta pelo afastamento total, evidencia igualmente que, em alguns casos, a manutenção do vínculo não é viável ou desejada, seja por fatores emocionais, familiares ou logísticos.

A relação prévia emerge como um fator determinante, corroborando os estudos de Shlafer & Poehlmann (2010): jovens que descrevem laços afetivos próximos e seguros tendem a procurar preservar o contacto, enquanto experiências de relação mais ambivalente ou fragilizada favorecem o afastamento.

Estes resultados reforçam a importância de promover políticas e práticas prisionais que respeitem e apoiem o direito dos filhos a manterem um vínculo significativo com o progenitor recluso, quando tal se revele benéfico, e que reconheçam a diversidade das experiências e necessidades destes jovens. A criação de ambientes de visita mais humanizados, constitui um passo essencial para mitigar os impactos negativos da separação e para favorecer o bem-estar emocional dos filhos de reclusos.

Relativamente à participação dos jovens nas propostas de melhoria, a valorização de atividades extracurriculares e de lazer (como defendido por Tiago e José) revela a importância que os jovens colocam na criação de oportunidades de desenvolvimento positivo, que permitam aos jovens se afastarem de contextos de risco e reforçarem competências pessoais e sociais, um princípio alinhado com a promoção da resiliência, tal como preconizado por Masten (2014).

Por outro lado, a ênfase colocada por Maria e Daniela no apoio psicológico e na criação de espaços de partilha entre pares vai ao encontro das recomendações de Poehlmann (2005) e Shlafer & Poehlmann (2010), que defendem a necessidade de suportes emocionais acessíveis e adequados, que ajudem os jovens a elaborar as suas experiências e a combater o isolamento emocional.

Além disso, a proposta de José relativamente à humanização das visitas prisionais e à criação de momentos de contacto mais afetivo e lúdico com o progenitor recluso reforça a importância de práticas institucionais que respeitem o direito das crianças a manterem vínculos afetivos significativos, sempre que tal seja do seu interesse, conforme salientado por Arditti (2012) e pelas diretrizes da *Children of Prisoners Europe* (COPE).

As afirmações apresentadas pelos participantes refletem alguns exemplos da construção de resiliência (Masten, 2014; Denckla et al., 2020). A presença de figuras de

apoio, estratégias de *coping* e uma percepção de autoeficácia são elementos fundamentais no ajustamento emocional destes jovens em risco.

Finalmente, as sugestões apresentadas convergem na necessidade de combater o estigma e de promover uma visão social mais justa e inclusiva, que reconheça as potencialidades destes jovens e não os defina unicamente pelo percurso de um familiar. Este aspeto reforça o que Phillips & Gates (2011) já haviam alertado: a rotulagem e a exclusão social agravam os efeitos negativos da reclusão parental e limitam as oportunidades de desenvolvimento.

Conclusões

O presente estudo procurou dar voz a jovens que experienciaram a reclusão parental, permitindo uma compreensão mais profunda e humanizada deste fenómeno. Através da análise das entrevistas realizadas, foi possível identificar as diversas formas como os jovens percecionam a ausência de um progenitor devido à reclusão e a sua percepção do impacto emocional, comportamental e socialmente na sua vida.

A reclusão parental, enquanto fenómeno complexo e multidimensional, afeta profundamente o desenvolvimento psicológico, emocional e social dos jovens. As entrevistas analisadas revelam histórias marcadas por sofrimento, mas também por resistência, esperança e capacidade de superação. A partir da escuta ativa destes jovens, torna-se evidente a necessidade de uma intervenção integrada que envolva família, escola, serviços de saúde mental e sistema prisional.

As reações emocionais demonstradas, marcadas por sentimentos de tristeza, culpa, raiva e negação, corroboram o que a literatura tem vindo a evidenciar: a reclusão parental constitui um evento potencialmente traumático (Murray & Farrington, 2008; Wildeman & Western, 2010), que requer processos complexos de adaptação emocional.

As estratégias comportamentais e de *coping* encontradas entre os jovens, ainda que diversas, revelam também uma notável capacidade de resiliência (Masten, 2014). Os participantes souberam desenvolver respostas adaptativas positivas, recorrendo a atividades criativas, apoio familiar ou redes de pares, mesmo perante contextos adversos. Contudo, para outros, a ausência de apoio adequado traduziu-se em respostas de isolamento, revolta ou comportamentos de risco, sublinhando a importância de reforçar sistemas de suporte.

Do ponto de vista social, a análise revelou, de forma inequívoca, que o estigma permanece um dos principais fatores de exclusão e sofrimento para estes jovens (Becker, 1963; Phillips & Gates, 2011). A rotulagem social e as alterações nas dinâmicas relacionais, tanto nos contextos escolares como familiares, contribuem para um sentimento persistente de vulnerabilidade e desvalorização, que pode comprometer o percurso de vida e as oportunidades destes jovens.

Importa também salientar que as experiências de relacionamento com o progenitor recluso são diversas e profundamente marcadas pela qualidade da relação anterior e pelas condições institucionais de contacto (Poehlmann, 2005; Shlafer & Poehlmann, 2010). Os jovens que mantêm contacto positivo valorizam essa ligação como um fator de estabilidade emocional, enquanto outros optam, legitimamente, pelo afastamento, como forma de proteção.

As sugestões apresentadas pelos participantes, entre as quais se destacam o reforço do apoio psicológico, a humanização das visitas, o combate ao estigma e a promoção de oportunidades educativas e profissionais, apontam na direção de propostas como as de Loucks (2004) e Robertson (2007), segundo os quais uma resposta eficaz às necessidades dos filhos de pessoas reclusas deve passar por uma abordagem holística e centrada na criança e/ou jovem. Estes autores defendem a criação de políticas públicas que não apenas minimizem os efeitos negativos da reclusão parental, mas que também promovam ativamente o bem-estar e os direitos destas crianças. Tal abordagem deve incluir o envolvimento das crianças na definição das respostas que lhes dizem respeito, a garantia de contacto regular e significativo com os progenitores reclusos sempre que tal for do seu interesse, e o desenvolvimento de programas educativos e psicossociais ajustados à sua realidade.

Assim, esta investigação reforça a necessidade de olhar para a problemática da reclusão parental como um fenómeno que exige uma abordagem multidimensional, centrada na criança e no jovem, e que envolva todos os contextos significativos da sua vida: família, escola, comunidade e sistema prisional. É urgente promover uma cultura mais empática e inclusiva, que reconheça estes jovens como sujeitos de direitos e potencialidades, e não como portadores de um estigma herdado.

Deste modo, a presente investigação vem também evidenciar que ainda há um longo caminho a percorrer no plano académico e institucional para garantir que as vozes dos filhos de reclusos sejam efetivamente ouvidas e que as políticas públicas lhes proporcionem os recursos necessários para construir um futuro digno e pleno. O

contributo destes jovens, enquanto peritos das suas próprias experiências, é inestimável e deve ser colocado no centro das soluções que se desenham para esta realidade.

Por fim, importa salientar que todos os casos analisados neste estudo dizem respeito a jovens cujo pai se encontra em situação de reclusão, não tendo sido incluída qualquer participante cuja mãe estivesse presa. Consequentemente, os resultados e conclusões deste estudo não contemplam a especificidade da experiência dos jovens com mães reclusas, pelo que não é possível comparar os resultados a esse contexto, que poderá envolver dinâmicas familiares e emocionais distintas e merece, por isso, ser objeto de investigação futura.

Embora o presente estudo tenha permitido explorar as vivências de jovens filhos de reclusos, algumas limitações devem ser reconhecidas.

Em primeiro lugar, trata-se de um estudo de natureza qualitativa e exploratória, baseado em apenas quatro entrevistas semi-estruturadas. O número reduzido de participantes, bem como a natureza exploratória deste estudo qualitativo, não visa a generalização dos resultados, mas sim proporcionar uma compreensão aprofundada das experiências subjetivas dos jovens face à reclusão parental. Os dados aqui apresentados não pretendem representar a totalidade das realidades familiares, económicas e sociais existentes neste universo, mas antes ilustrar algumas das vivências possíveis, contribuindo para a reflexão e construção de conhecimento situado e contextualizado sobre esta problemática. É importante reconhecer a dificuldade de acesso aos participantes, seja pela grande sensibilidade do tema, seja pela descrença de que a opinião dos jovens virá a mudar a forma como eles são vistos

Em segundo lugar, o perfil dos participantes poderá ter influenciado os dados recolhidos. Todos os jovens demonstraram uma capacidade reflexiva significativa, o que sugere um nível de elaboração emocional já avançado. Os jovens já tinham uma idade mais madura e este facto pode ter excluído outras realidades mais vulneráveis ou menos elaboradas emocionalmente, onde o impacto da reclusão parental possa ser ainda mais marcado.

Adicionalmente, as entrevistas foram baseadas exclusivamente na perspetiva dos jovens. Embora este tenha sido um dos objetivos do estudo, dar-lhes a voz, a ausência de uma triangulação com as perspetivas de outros atores (como pais, cuidadores, professores, técnicos de apoio) limita a compreensão mais holística das dinâmicas envolvidas.

Por fim, as entrevistas ocorreram num único momento temporal. Dada a natureza dinâmica da experiência da reclusão parental, que evolui ao longo do tempo e conforme

o percurso familiar e institucional, uma abordagem longitudinal teria permitido captar melhor as mudanças e adaptações progressivas dos jovens.

Face às limitações identificadas, recomenda-se a realização de estudos com amostras maiores e mais diversificadas, que incluam participantes de diferentes idades, géneros, contextos socioeconómicos e geográficos, de modo a aprofundar a compreensão da heterogeneidade das experiências de reclusão parental.

É importante a integração de metodologias longitudinais, que permitam acompanhar a evolução das experiências e do impacto da reclusão parental ao longo do tempo, desde o momento da detenção até ao período pós-reclusão, bem como os fatores que contribuem para trajetórias de resiliência ou de risco.

O recurso a abordagens interdisciplinares e trianguladas, incorporando não apenas a perspetiva dos jovens, mas também dos seus cuidadores, professores, técnicos das áreas da educação, da justiça e da intervenção social, de forma a obter uma visão mais global das necessidades e recursos disponíveis também seria algo enriquecedor para esta temática.

Também seria interessante a realização de estudos comparativos entre contextos nacionais e internacionais, tendo em conta que as políticas prisionais e os sistemas de apoio familiar variam significativamente entre países. Estes estudos poderiam contribuir para identificar boas práticas e promover políticas públicas mais eficazes e centradas nos direitos das crianças, tal como recomendado por organismos como a *Children of Prisoners Europe* (COPE) (Robertson, 2007; Loucks, 2004).

Finalmente, importa explorar com maior profundidade o impacto da reclusão parental na construção da identidade dos jovens e na sua transição para a vida adulta, aspetos que continuam a ser pouco investigados e que são cruciais para garantir um futuro digno e autónomo para esta população.

Referências Bibliográficas

- Alsaawi, A. (2014). A critical review of qualitative interviews. *European Journal of Business and Social Sciences*, 3(4). <http://doi.org/10.2139/ssrn.2819536>
- Achenbach, T. M., *et al* (2016). Internalizing/externalizing problems: Review and recommendations for clinical and research applications. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 55(8), 647-656. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2016.05.012>
- Agnew, R. (1992). Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. *Criminology*, 30(1), 47-87. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1992.tb01093.x>
- Agnew, R. (2007). *Pressured Into Crime: An Overview of General Strain Theory*. New York: Oxford University Press.
- Akers, R. L. (1973). *Deviant behavior: A social learning approach*. Wadsworth Publishing Company Belmont, CA.
- Akers, R.L. (1985). *Deviant Behavior: A Social Learning Approach*, 3rd ed. Belmont, CA: Wadsworth Publishing Co.
- Arditti, J. A. (2012). Child trauma within the context of parental incarceration: A family process perspective. *Journal of Family Theory & Review*, 4(3), 181-219. <https://doi.org/10.1111/j.1756-2589.2012.00128.x>
- Arditti, J. A. (2012). Parental incarceration and the family: Psychological and social effects of imprisonment on children, parents, and caregivers. In *Parental Incarceration and the Family*. New York University Press. <https://doi.org/10.18574/nyu/9780814705131.001.0001>
- Benninger, E., Schmidt-Sane, M., Massey, S. & Athreya, B. (2023). Youth for youth: Raising the voices of children of incarcerated parents and implications for policy and practice. *Journal of Community Psychology*, 51(5), 2133-2162.
- Bernstein, N. (2005) *All alone in the world. Children of the incarcerated*. The New Press: New York.
- Boswell, G., & Wedge, P. (2002). *Imprisoned fathers and their children*. Jessica Kingsley Publishers.
- Bowlby, J., Ainsworth, M., & Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory. *Developmental Psychology*, 28(5), 759-775.

- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using Thematic Analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2), pp. 77-101. Doi: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful Qualitative Research: A Practical Guide for Beginners*. Sage.
- Bronfenbrenner, U. (1979). Contexts of child rearing: Problems and prospects. *American psychologist*, 34(10), 844. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.34.10.844>
- Bronfenbrenner, U. (2005). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. Sage.
- Burgess-Proctor, A., Huebner, B. M., & Durso, J. M. (2016). Comparing the effects of maternal and paternal incarceration on adult daughters' and sons' criminal justice system involvement: A gendered pathways analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 43(8), 1034-1055. <https://doi.org/10.1177/0093854816643122>
- Clarke, V., & Braun, V. (2017). Thematic analysis. *The journal of positive psychology*, 12(3), 297-298. Doi: <https://doi.org/10.1080/17439760.2016.1262613>
- Collica-Cox, K. (2023). Doing time for a parent's crime: When the children of incarcerated parents become the collateral consequences in arrest and sentencing. *March/April Corrections Today*
- Council on Crime and Justice (2006). *Children of Incarcerated Parents. Research Demonstration Advocacy*.
- Dallaire, D. (2007). Incarcerated mothers and fathers: A comparison of risks for children and families. *Family Relations*, 56(5), 440-453. <https://doi:10.1111/j.1741-3729.2007.00472.x>
- Dallaire, D., Ciccone, A., & Wilson, L. (2010). Teachers' experiences with and expectations of children with incarcerated parents. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 31(4), 281-290. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2010.04.001>
- Daněš, A. (2023). The Impact of A Parent's Incarceration On A Child In Care: A Qualitative Research Study. *Ad Alta: Journal of Interdisciplinary Research*, 13(1). <https://doi.org/10.33543/j.1301.6769>
- Davis, J. (1999) Effects of trauma on children: Occupational therapy to support recovery. *Occupational Therapy International*, 6(2), 126-142. <https://doi.org/10.1002/oti.93>
- Davis, L., & Shlafer, R. J. (2017). Mental health of adolescents with currently and formerly incarcerated parents. *Journal of adolescence*, 54, 120-134. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2016.10.006>

- Denckla, C. A., Cicchetti, D., Kubzansky, L. D., Seedat, S., Teicher, M. H., Williams, D. R., & Koenen, K. C. (2020). Psychological resilience: an update on definitions, a critical appraisal, and research recommendations. *European Journal of Psychotraumatology*, 11(1), 1822064. <https://doi:10.1080/20008198.2020.1822064>
- Easterling, B. A., & Johnson, E. I. (2015). Conducting qualitative research on parental incarceration: Personal reflections on challenges and contributions. *The Qualitative Report*, 20(10), 1550-1567.
- Fagan, A. A., & Novak, A. (2018). Adverse childhood experiences and adolescent delinquency in a high-risk sample: A comparison of white and black youth. *Youth violence and juvenile justice*, 16(4), 395-417. <https://doi.org/10.1177/1541204017735568>
- Farrington, D. P. (1995) The development of offending and anti-social behaviour from childhood: key findings from the Cambridge study in delinquent development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 36 (6), 929-964.
- Giddens, A. (2001). Sociologia. Lisboa: *Fundação Calouste Gulbenkian*.
- Graham, J. A., & Harris, Y. R. (2013). Children of color and parental incarceration: Implications for research, theory, and practice. *Journal of Multicultural Counseling and Development*, 41(2), 66-81. <https://doi.org/10.1002/j.2161-1912.2013.00028.x>
- Hagan, J., Foster, H., & Murphy, C. J. (2020). A tale half told: State exclusionary and inclusionary regimes, incarceration of fathers, and the educational attainment of children. *Social Science Research*, 88, 102428. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2020.102428>
- Haskins, A. R. (2015). Paternal incarceration and child-reported behavioral functioning at age 9. *Social Science Research*, 52, 18-33. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2015.01.001>
- Helton, O. (2019). Experiences of adult children with previously incarcerated parents: a qualitative study. *Honors Theses*.
- Johnson, E. I., & Arditti, J. A. (2023). Risk and resilience among children with incarcerated parents: A review and critical reframing. *Annual Review of Clinical Psychology*, 19(1), 437-460. <https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-080921-081447>
- Johnston, D. & Gabel, K. (1995) Effects of parental incarceration. In K. Gabel & D. Johnston (Eds.), *Children of incarcerated parents* (pp. 59-88). New York: Lexington Books.

- Jones, M. S., Pierce, H., & Shoaf, H. (2023). Early exposure to adverse childhood experiences and delinquent peer association among youth. *Family Relations*. <https://doi.org/10.1111/fare.12856>
- Kandel, E., Sarnoff, A., Mednick, L., Kirkegaard-Sorensen, B., Hutchings, J., Knop, R., Rosenberg & Schulsinger, F. (1988) IQ as a Protective Factor for Subjects at High Risk for Antisocial Behavior. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56, 224–26. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.56.2.224>
- Kjellstrand, J. M., Reinke, W. M., & Eddy, J. M. (2018). Children of incarcerated parents: Development of externalizing behaviours across adolescence. *Children and Youth Services Review*, 94, 628-635. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.09.003>
- Kjellstrand, J. M., Cearley, J., Eddy, J. M., Foney, D. M., & Martinez, C. R. (2018). "Parent management training and peer associations: Contributions to outcomes for children of parents in the criminal justice system." *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 47(1), 117-131. <https://doi.org/10.1080/15374416.2017.1286596>
- Kjellstrand, J., Yu, G., Eddy, J. M., & Clark, M. (2020). Children with incarcerated parents and developmental trajectories of internalizing problems across adolescence. *American Journal of Criminal Justice*, 45(1), 48-69. <https://doi.org/10.1007/s12103-019-09494-4>
- Knaphus-Soran, E. (2017). *Stigma and the educational experience of children of incarcerated parents* (Doctoral dissertation).
- Koenig, H. G., King, D., & Carson, V. B. (2012). *Handbook of religion and health*. Oup Usa.
- Kremer, K. P., Poon, C. Y., Jones, C. L., Hagler, M. A., Kupersmidt, J. B., Stelter, R. L., & Rhodes, J. E. (2020). Risk and resilience among children with incarcerated parents: Examining heterogeneity in delinquency and school outcomes. *Journal of Child and Family Studies*, 29, 3239-3252. <https://doi.org/10.1007/s10826-020-01822-1>
- Krohn, M. D., & Lane, J. (Eds.). (2015). *The handbook of juvenile delinquency and juvenile justice*. John Wiley & Sons.
- Kvale, S., & Brinkmann, S. (2009). *Interviews: Learning the Craft of Qualitative Research Interviewing*. Sage.
- Loucks, N. (2004). Prison without bars: needs, support, and good practice for work with prisoners' families. *Edinburgh: Families Outside*.

- Loureiro, T. (2010). *Perspectives of children and young people with a parent in prison*. Edinburgh: Scotland's Commissioner for Children and Young People.
- Mason, J. (2002). *Qualitative Researching*. Sage.
- Masten, A. S. (2014). *Ordinary magic: Resilience in development*. Guilford publications.
- Miller, K. M. (2006). The impact of parental incarceration on children: An emerging need for effective interventions. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 23, 472-486. <https://doi.org/10.1007/s10560-006-0065-6>
- Morgan, J., Leeson, C., & Carter Dillon, R. (2013). How can schools support children with a parent in prison? *Pastoral Care in Education*, 31(3), 199-210. <https://doi.org/10.1080/02643944.2013.788063>
- Murray, J., & Farrington, D. P. (2005). Parental imprisonment: effects on boys' antisocial behaviour and delinquency through the life-course. *Journal of Child Psychology and psychiatry*, 46(12), 1269-1278. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2005.01433.x>
- Murray, J., & Farrington, D. P. (2008). The effects of parental imprisonment on children. *Crime and justice*, 37(1), 133-206. <https://doi.org/10.1086/520070>
- Murray, J., Farrington, D. P., & Sekol, I. (2012). Children's antisocial behavior, mental health, drug use, and educational performance after parental incarceration: a systematic review and meta-analysis. *Psychological bulletin*, 138(2), 175. <https://doi.org/10.1037/a0026407>
- Murray, J., Farrington, D. P., & Sekol, I. (2012). Children's antisocial behavior, mental health, drug use, and educational performance after parental incarceration: A systematic review and meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 138(2), 175–210. <https://doi.org/10.1037/a0026407>
- Murray, J., & Murray, L. (2010). Parental incarceration, attachment and child psychopathology. *Attachment & Human Development*, 12(4), 289-309. <https://doi.org/10.1080/14751790903416889>
- Navrátilová, J., Navrátil, P., Punová, M., & Smutná, V. (2024). Needs of Children With Incarcerated Parents in Their Own Voice. *Qualitative Social Work*, 23(1), 11-25. <https://doi.org/10.1177/14733250221151030>
- Nesmith, A., & Ruhland, E. (2008). Children of incarcerated parents: Challenges and resiliency, in their own words. *Children and Youth Services Review*, 30(10), 1119-1130. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2008.02.006>

- Nichols, E. B., & Loper, A. B. (2012). Incarceration in the household: Academic outcomes of adolescents with an incarcerated household member. *Journal of youth and adolescence*, 41, 1455-1471. <https://doi.org/10.1007/s10964-012-9780-9>
- Nichols, E. B., Loper, A. B., & Meyer, J. P. (2016). Promoting educational resiliency in youth with incarcerated parents: The impact of parental incarceration, school characteristics, and connectedness on school outcomes. *Journal of youth and adolescence*, 45, 1090-1109. <https://doi.org/10.1007/s10964-015-0337-6>
- Norris, S., Pecenco, M., & Weaver, J. (2021). The effects of parental and sibling incarceration: Evidence from Ohio. *American Economic Review*, 111(9), 2926-2963. <https://doi.org/10.1257/aer.20190415>
- Novak, A., & Lopes, V. (2022). Child delinquency, ACEs, and the juvenile justice system: does exposure to ACEs affect justice system experiences for children? *Youth violence and juvenile justice*, 20(2), 113-138. <https://doi.org/10.1177/15412040211063129>
- Olabuénaga, J. I. R. (2012). Metodología de la investigación cualitativa. *Serie Ciencias Sociales*, 15, (5 Ed.). Universidad de Deusto.
- Phillips, S. D., & Gates, T. (2011). A conceptual framework for understanding the stigmatization of children of incarcerated parents. *Children and Youth Services Review*, 33(5), 256-263. <https://doi.org/10.1007/s10826-010-9391-6>
- Poehlmann, J. (2005). Representations of attachment relationships in children of incarcerated mothers. *Child development*, 76(3), 679-696. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2005.00871.x>
- Poehlmann, J., Dallaire, D., Loper, A. B., & Shear, L. D. (2010). Children's contact with their incarcerated parents: Research findings and recommendations. *American Psychologist*, 65(6), 575-598. <https://doi.org/10.1037/a0020279>
- Rennison, C., & Hart, T. (2019). *Research Methods in Criminal Justice and Criminology*. Sage.
- Robertson, O. (2008). Quaker United Nations Office. *Women in Prison and Children of Imprisoned Mothers Series: The impact of parental imprisonment on children*.
- Sandelowski, M. (1995). Qualitative analysis: What it is and how to begin. *Research in nursing & health*, 18(4), 371-375. Doi: <https://doi.org/10.1002/nur.4770180411>
- Seidman, I. (2006). *Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences*. Teachers college press.

- Shlafer, R. J., & Poehlmann, J. (2010). Attachment and caregiving relationships in families affected by parental incarceration. *Attachment & human development*, 12(4), 395-415. <https://doi.org/10.1080/14616730903417052>
- Shlafer, R. J., Poehlmann, J., Coffino, B., & Hanneman, A. (2009). *Mentoring children with incarcerated parents: Implications for research, practice, and policy*. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2009.00571.x>
- Shlafer, R. J., Poehlmann, J., & Donelan-McCall, N. (2013). Maternal jail time, conviction status, and parenting stress: Links with children's behavior and caregiving practices. *Infant and Child Development*, 22(3), 374–392. <https://doi.org/10.1002/icd.1803>
- Shoemaker, D. J. (2010). *Theories of delinquency: An examination of explanations of delinquent behavior*. Oxford University Press.
- Silver, I. A., Semenza, D. C., & D'Amato, C. (2023). Parental Incarceration and Within-Individual Changes in Criminal Justice Involvement Across Developmental Stages. *Journal of Developmental and Life-Course Criminology*, 1-27. Doi: <https://doi.org/10.1007/s40865-023-00237-y>
- Smith, C., & Denton, M. L. (2005). *Soul searching: The religious and spiritual lives of American teenagers*. Oxford: Oxford University Press.
- Tewksbury, R. (2011). Qualitative Methodology. In *The Routledge Handbook of Deviant Behavior*. Bryant, C. D. (ed). Routledge Handbooks. <https://doi.org/10.4324/9780203880548.ch9>
- Turney, K. (2014). The consequences of paternal incarceration for maternal neglect and harsh parenting. *Social Forces*, 92(4), 1607-1636. <https://doi.org/10.1093/sf/sot160>
- Turney, K., & Wildeman, C. (2013). Redefining relationships: Explaining the countervailing consequences of paternal incarceration for parenting. *American Sociological Review*, 78(6), 949–979. <https://doi.org/10.1177/0003122413505589>
- Waller, M. A. (2001). Resilience in ecosystemic context: Evolution of the concept. *American Journal of Orthopsychiatry*, 71(3), 290–297. <https://doi.org/10.1037/0002-9432.71.3.290>
- Wolleswinkel, R. (2002) Children of imprisoned parents. In J. C. M. Willems (Ed.), *Developmental and autonomy rights of children: empowering children, caregivers and communities*. (pp. 191-207). Oxford/New York: Intersentia.
- Ziebert, R. (2006) *No easy answers: The effects of parental incarceration on children*. Department of Research & Evaluation Services Alliance for Children and Families.

Disponível online em: <http://www.alliance1.org/Research/articlearchive/Re-entryPresentation12-8-06.pdf>.

Anexos

1. Pedido de Parecer à Comissão de Ética

Pedido de parecer à Comissão de Ética sobre projetos de investigação

Nota: Preencha o formulário, assine-o e envie-o para o email: samagaio@direito.up.pt
Todos os itens são de preenchimento obrigatório, à exceção daqueles que incluem a indicação (se aplicável). Só se aceitam formulários com todos estes campos preenchidos.

0. Justificação do pedido

☒ Exigência legal ou regulamentar de parecer ético para a realização de investigação. Qual?
Elaboração da Dissertação de Mestrado

☐ Exigência administrativa de parecer ético para a candidatura a financiamento da investigação. Qual?

☐ Exigência editorial de parecer ético em vista de uma presumível publicação futura da investigação. Qual?

☐ Outras causas, a apreciar pela Comissão de Ética. Qual?

1. Aspetos gerais do projeto

1.1. Título

Viver com a reclusão parental - Impactos no jovem e possível relação com a desviância

1.2. Nome do/a Doutorando/a, Mestrando/a (se aplicável)

Ana Filipa Gabriel Correia de Melo Antunes

Email: up202303330@up.pt

1.3. Nome do/a Orientador/a (se aplicável)

Profª Drª Fátima Rodrigues

Email: frodrigues@direito.up.pt

1.4. Investigador principal (se aplicável)

Email:

1.5. Membros da equipa (se aplicável)

1.6. Duração prevista para o projeto: Início: setembro 2024 Fim: julho 2025

1.7. Fonte de financiamento (se aplicável)

1.8. Diferenciação do pedido:

☒ Mestrado

☐ Doutoramento

☐ Projeto com pedido de financiamento

☐ Outro. Qual?

Indique a área de especialização em que se insere o projeto de investigação.

Criminologia

2. Fundamentos e metodologia

2.1. Problema, objetivos ou questões de investigação.

(2500 caracteres com espaço, no máximo)

O principal objetivo da presente investigação é explorar a experiência das crianças e jovens sobre a reclusão parental, nomeadamente daqueles que a vivenciaram ou a vivenciam atualmente.

Deste modo, é possível enumerar uma série de objetivos específicos, nomeadamente:

- 1) Descrever as vivências das crianças e jovens que retratem a realidade da reclusão parental e respetivos impactos psicológicos;
- 2) Perceber as emoções e significados atribuídos pelos jovens ao momento da reclusão;
- 3) Compreender os impactos sociais associados ao estigma de ser filho de um pai na prisão;
- 4) Explorar a evolução da relação do jovem com o parente recluso;
- 5) Esclarecer quais os mecanismos de *coping* que o jovem adota para lidar com a reclusão parental;
- 6) Perceber que medidas e estratégias que, na ótica dos jovens, seriam importantes implementar para diminuir os impactos associados à reclusão.

Face ao exposto, seguem-se as questões de investigação:

- 1) Quais os impactos da reclusão parental no ecossistema dos jovens?
- 2) Como é que as crianças e jovens lidam com as consequências de ter um dos progenitores recluso?
- 3) Quais as alterações nos relacionamentos dos jovens, nomeadamente com o parente recluso?
- 4) Quais são as necessidades das crianças e jovens cujo progenitor foi preso?
- 5) Que estratégias, na ótica dos jovens, poderiam ser implementadas para diminuir os impactos da reclusão parental?

2.2. Metodologia: sumário das características dos participantes, dos instrumentos de recolha de dados e dos procedimentos para a sua análise.

(4500 caracteres com espaço, no máximo)

A amostra, obtida através de amostragem por conveniência, será constituída por um jovem do sexo masculino, de 18 anos, com o pai atualmente preso. Importa ainda destacar que o jovem deve saber ler e falar português, de modo a poder ler e assinar o consentimento informado, bem como entender e responder às questões da(s) entrevista(s).

Para a recolha de dados, serão utilizadas entrevistas semi-estruturadas. A(s) entrevista(s) poderá(ão) ser feita(s) presencialmente ou online, conforme a disponibilidade do participante. A análise da(s) mesma(s) será com base na análise temática.

3. Questões de ordem ética

A investigação deve orientar-se por princípios éticos que devem guiar a relação do/a investigador/a com os participantes, com a comunidade de investigadores e com a sociedade em geral, devendo ser clara a explicitação de tais procedimentos. Responda às questões que em seguida se apresentam.

3.1. O projeto apresenta um ponto com explicitação de procedimentos éticos?

Sim ☒ Não ☐

3.2. O projeto inclui a recolha de informação, presencialmente ou recorrendo a formas indiretas (por exemplo a internet), para obter respostas?

Sim ☒ Não ☐

Explicita como procedeu ou irá proceder.

A recolha de informação será feita através da aplicação de entrevista(s) semiestruturada(s) ao participante. A entrevista poderá ser feita presencialmente ou online, conforme a disponibilidade do participante.

3.3. O projeto envolve a recolha de *dados pessoais sensíveis*, isto é, informação referente a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada, origem racial ou étnica, saúde, vida sexual, ou dados genéticos?

Sim ☒ Não ☐

Explicita como procedeu ou irá proceder.

O estudo carece da assinatura por parte do jovem do Consentimento Informado, no qual estarão presentes todas as informações relativas ao processo de recolha de dados (no que diz respeito à confidencialidade e anonimato).

3.4. O projeto foi ou vai ser submetido à consideração de outras entidades?

Sim ☐ Não ☒

Se respondeu sim, qual/quais:

3.5. Os participantes foram ou vão ser previamente informados acerca do processo de recolha de dados, mesmo que a investigação impossibilite a sua identificação?

Sim ☒ Não ☐

Explicita como procedeu ou irá proceder.

O estudo carece da assinatura por parte do jovem do Consentimento Informado, no qual estarão presentes todas as informações relativas ao processo de recolha de dados (no que diz respeito à confidencialidade e anonimato). O participante será também informado da voluntariedade do estudo, o que significa que se poderá retirar a qualquer momento. No que diz respeito ao anonimato, não serão registados quaisquer dados que permitam a identificação do jovem. O mesmo será identificado com uma letra ou pseudónimo. Em relação à confidencialidade, tudo o que for partilhado no decorrer da investigação é confidencial e, como tal, não será partilhado a terceiros. Os dados obtidos serão armazenados num local seguro, num disco externo (e não numa cloud) por forma a evitar vazamentos de informação, e posteriormente destruídos. Para facilitar a análise dos dados obtidos, é pedida a autorização para a gravação áudio da entrevista.

3.6. O projeto garante o consentimento informado, oral ou escrito, dos participantes e dos seus representantes legalmente autorizados, no caso de serem menores de idade?

Sim ☒ Não ☐

Explicita como procedeu ou irá proceder.

O estudo carece da assinatura por parte do jovem do Consentimento Informado, no qual estarão presentes todas as informações relativas ao processo de recolha de dados (no que diz respeito à confidencialidade e anonimato). O participante será também informado da voluntariedade do estudo, o que significa que se poderá retirar a qualquer momento. No que diz respeito ao anonimato, não serão registados quaisquer dados que permitam a identificação do jovem. O mesmo será identificado com uma letra ou pseudónimo. Em relação à confidencialidade, tudo o que for partilhado no decorrer da investigação é confidencial e, como tal, não será partilhado a terceiros. Os dados obtidos serão armazenados num local seguro, num disco externo (e não numa cloud) por forma a evitar vazamentos de informação, e posteriormente destruídos. Para facilitar a análise dos dados obtidos, é pedida a autorização para a gravação áudio da entrevista.

3.7. O projeto assegura o anonimato e a privacidade dos participantes?

Sim ☒ Não ☐

Explicita como procedeu ou irá proceder.

No que diz respeito ao anonimato, não serão registados quaisquer dados que permitam a identificação do jovem. O mesmo será identificado com uma letra ou pseudónimo.

3.8. O projeto respeita a proteção dos participantes, garantindo que a utilização dos dados se situe exclusivamente no âmbito da investigação?

Sim ☐ Não ☐

Explicita como procedeu ou irá proceder.

Tudo o que for partilhado no decorrer da investigação é confidencial e, como tal, não será partilhado a terceiros. Os resultados serão apenas utilizados para fins académicos e os dados obtidos serão armazenados num local seguro, num disco externo (e não numa cloud) por forma a evitar vazamentos de informação, e posteriormente destruídos.

3.9. O projeto garante a proteção dos dados, quer durante quer após a conclusão do trabalho de investigação?

Sim ☒ Não ☐

Explicita como procedeu ou irá proceder.

Os dados obtidos serão armazenados num local seguro, num disco externo (e não numa cloud) por forma a evitar vazamentos de informação, e posteriormente destruídos.

3.10. Caso o projeto utilize instrumentos criados por terceiros, a autoria dos mesmos será devidamente identificada?

Sim ☐ Não ☒

Explicita como procedeu ou irá proceder.

O projeto não utiliza instrumentos criados por terceiros.

4. Coloque em anexo os instrumentos de recolha de dados, utilizados ou a utilizar (inquérito por questionário, guião de entrevista), caso já estejam elaborados.

5. Outras informações

Caso considere oportuno, inclua outras informações relevantes, de ordem ética (1000 caracteres com espaço, no máximo):

Data: 14 de outubro de 2024

Assinatura do Doutorando ou do Mestrando (se aplicável)

Assinatura do Investigador Principal (se aplicável)

Pronúncia prévia do orientador

(Não havendo orientador, o campo é preenchido pelo requerente.)

Identifique, de entre as questões de natureza ética levantadas pelo projeto de investigação (3.), quais (i) merecem, a seu ver, uma especial pronúncia ética, assim como (ii) de que modo os procedimentos propostos são conformes aos padrões éticos e deontológicos aplicáveis.

Assinatura do Orientador

2. Parecer da Comissão de Ética

Comissão de Ética
Faculdade de Direito
Universidade do Porto

Porto, 25 de novembro de 2024

Parecer n.º 75/2024

1. Solicitou Ana Filipa Gabriel Correia de Melo Antunes a emissão de Parecer relativo ao projeto de investigação intitulado «**Viver com a reclusão parental – Impactos no jovem e possível relação com a desviância**», realizado sob a orientação de: Prof.^a Doutora Fátima Rodrigues.

2. Enquadrando-se o objeto da investigação na área científica de **Criminologia**, foi distribuída à Prof.^a Doutora Ana Margarida Amorim dos Santos, Vogal da Comissão de Ética, a responsabilidade de elaborar um Projeto de Parecer.

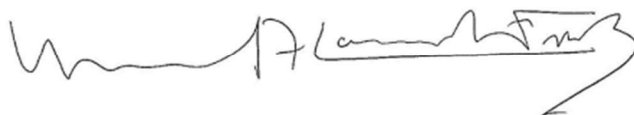
3. No confronto com os elementos com que o pedido foi instruído, foi apresentado o seguinte Projeto de Parecer:

«Relativamente ao pedido P75/2024, de Ana Filipa Gabriel Correia de Melo Antunes (“Viver com a reclusão parental – Impactos no jovem e possível relação com a desviância”), o projeto em apreciação visa, através da realização de um estudo de caso com entrevista, aceder à percepção de um participante sobre o impacto da reclusão parental. A vulnerabilidade da amostra, quer no que concerne à sua idade, quer no que concerne à potencial recolha de dados sensíveis, é reconhecida pela requerente e sua orientadora, sendo apresentadas medidas específicas para acautelar esta situação. O projeto também assegura o consentimento informado, a voluntariedade, o anonimato e a confidencialidade dos dados a recolher junto da amostra. As exigências de armazenamento seguro dos dados durante e após o processo de investigação também estão salvaguardadas. Neste sentido, não se identifica nenhum obstáculo de natureza ética à realização do projeto.»

4. A apreciação das implicações éticas do projeto de investigação foi realizada pelo plenário da Comissão de Ética, tendo sido votada a emissão de Parecer favorável, por adesão aos fundamentos avançados.

Comissão de Ética
Faculdade de Direito
Universidade do Porto

Diante dos fundamentos expostos, a **Comissão de Ética da Faculdade de Direito da Universidade dá, por unanimidade, parecer favorável** à realização do projeto de investigação acima identificado (n.º 1), por, a partir dos elementos instruídos, concluir pela não desconformidade com os padrões éticos e deontológicos aplicáveis.



Prof. Doutor Manuel Carneiro da Frada
(Presidente da Comissão de Ética)

Aprovaram o Parecer, além do Presidente, os seguintes Vogais: Prof. Doutor António Manuel de Almeida Costa, Prof. Doutora Inês Guedes, Prof. Doutor Tiago Azevedo Ramalho e Prof.^a Doutora Ana Margarida Amorim dos Santos.

3. Consentimento Informado

O meu nome é Ana Filipa Gabriel Correia de Melo Antunes e estou a frequentar o Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Por isso, venho convidar-te a participar num projeto de investigação que estou a realizar no âmbito da Dissertação, intitulada “*Viver com a reclusão parental – Perceções do jovem*”, sob a orientação da Professora Dr^a. Fátima Rodrigues.

O principal objetivo deste estudo é explorar os impactos na vida dos jovens de ter, ou ter tido, pelo menos um dos pais preso. Com isto, gostaria de explorar as perceções dos jovens sobre os relacionamentos e as necessidades nesta realidade. Assim, o teu envolvimento no estudo implica a participação numa entrevista, que se conta durar cerca de 30 minutos.

A tua participação é totalmente voluntária, o que significa que te podes retirar a qualquer momento. Igualmente, caso tenhas alguma dúvida, antes, durante ou após a entrevista, não hesites em questionar. Além disso, a tua participação é também anónima, ou seja, não serão recolhidos quaisquer dados que permitam a tua identificação (no âmbito do estudo, serás identificado através de uma letra ou pseudónimo, à tua escolha) e confidencial, isto é, tudo que for partilhado no âmbito da investigação não será partilhado com os técnicos que te acompanham ou qualquer outra pessoa. As informações que partilhares serão usadas exclusivamente para fins académicos. Ressalto ainda que o material resultante da entrevista será armazenado num local seguro, nomeadamente num disco externo, e que será totalmente destruído depois da finalização do trabalho. Desta forma, e para facilitar a análise da informação, pedimos a tua autorização para proceder à gravação áudio da mesma, apenas para auxiliar a transcrição dos dados.

Depois de ler as orientações acima referidas, declaro que:

1. Li e compreendi a informação que consta neste documento e que fui devidamente informado/a e esclarecido/a dos objetivos e das condições de participação no estudo;
2. Tive oportunidade de realizar perguntas e de ser esclarecido/a acerca de outros aspetos;
3. Autorizo a minha participação no estudo;
4. Autorizo a gravação áudio da entrevista.

Sim Não

Data: ____ / ____ / ____

Assinaturas:

Investigador(a)

Participante

4. Pedido de Autorização – Enc. de Educação

O meu nome é Ana Filipa Gabriel Correia de Melo Antunes e estou a frequentar o Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Por isso, gostaria de convidar o(a) seu(sua) educando(a) a participar num projeto de investigação que estou a realizar no âmbito da Dissertação, intitulada “*Viver com a reclusão parental - Impactos no jovem e possível relação com a desviância*”, sob a orientação da Professora Dr^a. Fátima Rodrigues.

O principal objetivo deste estudo é explorar os impactos na vida dos jovens de ter, ou ter tido, pelo menos um dos pais preso. Com isto, gostaria de explorar as perceções dos jovens sobre os relacionamentos e as necessidades nesta realidade. Assim, o envolvimento do(a) seu(sua) educando(a) no estudo implica a participação numa entrevista, que se conta durar cerca de 30 minutos.

A participação no estudo é totalmente voluntária, o que significa que o(a) seu(sua) educando(a) se pode retirar a qualquer momento. Igualmente, caso tenha alguma dúvida, antes, durante ou após a entrevista, poderá interromper e questionar. Além disso, a participação é também anónima, ou seja, não serão recolhidos quaisquer dados que permitam a identificação do(a) seu(sua) educando(a) que, no âmbito do estudo, será identificado através de uma letra ou pseudónimo. O estudo é confidencial, isto é, tudo que for partilhado no âmbito da investigação não será partilhado com os técnicos/professores que acompanham o(a) jovem ou qualquer outra pessoa. As informações que forem partilhadas serão usadas exclusivamente para fins académicos. Ressalto ainda que o material resultante da entrevista será armazenado num local seguro, nomeadamente num disco externo, e que será totalmente destruído depois da finalização do trabalho. Desta forma, e para facilitar a análise da informação, peço também a autorização para proceder à gravação áudio da mesma, para auxiliar a transcrição dos dados.

Depois de ler as orientações acima referidas, declaro que:

1. Li e compreendi a informação que consta neste documento e que fui devidamente informado/a e esclarecido/a dos objetivos e das condições de participação no estudo;
2. Autorizo a participação do(a) meu(minha) educando(a) no estudo;
3. Autorizo a gravação áudio da entrevista.

☐

Sim

☐

Não

Data: ____ / ____ / ____

Assinaturas:

Investigador(a)

Enc. De Educação do Participante

5. Email para a Associação CONFIAR

(exemplar para as outras associações)

Exmo/a. Diretor/a da Associação CONFIAR,
Espero que este email o/a encontre bem!

O meu nome é Ana Filipa Gabriel Correia de Melo Antunes e encontro-me a frequentar o Mestrado em Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Neste momento, estou a realizar a Dissertação de modo a obter o grau de Mestre em Criminologia, cujo título é “*Viver com a reclusão parental - Impactos no jovem e possível relação com a desviância*”. Este projeto tem como objetivo explorar a experiência dos jovens sobre a reclusão parental, nomeadamente daqueles que a vivenciaram ou a vivenciam atualmente. O estudo tem ainda como objetivos específicos a) Descrever as vivências dos jovens que retratem a realidade da reclusão parental e respetivos impactos psicológicos; b) Perceber as emoções e significados atribuídos pelos jovens ao momento da reclusão; c) Compreender os impactos sociais associados ao estigma de ser filho de um pai na prisão; d) Explorar a evolução da relação do jovem com o parente recluso; e) Esclarecer quais os mecanismos de *coping* que o jovem adota para lidar com a reclusão parental; f) Perceber que medidas e estratégias que, na ótica dos jovens, seriam importantes implementar para diminuir os impactos associados à reclusão.

O presente projeto terá uma amostra de 7 jovens, com idades compreendidas entre os 18 e os 26 anos, tanto do sexo feminino como masculino, que tenham atualmente ou tenham tido um dos progenitores na prisão. Importa ainda destacar que os jovens devem saber ler e falar português, de modo a poderem ler e assinar o consentimento informado, bem como entender e responder às questões da entrevista.

Assim sendo, venho, por meio deste email, solicitar a vossa colaboração nesta investigação através da articulação com os jovens que considerem dispostos a participar e que se enquadrem nos objetivos e critérios da amostra. Peço, portanto, que me remetam os nomes dos jovens eleitos por este meio.

Por último, pretendo agendar posteriormente com os jovens um momento para a realização da entrevista e consequente recolha de dados para a elaboração do estudo. Deste modo, estarei disposta a realizar a mesma do modo (presencial ou *online*) e onde for mais conveniente para a associação e para o jovem em questão.

Estou à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas ou fornecer informações adicionais.

Muito grata pela vossa atenção e disponibilidade!

Com os meus melhores cumprimentos,

Ana Antunes.

6. Tabela Guião de Entrevista

Dimensão	Tópico	Questões	Objetivo do Tópico
1. Impactos da Reclusão Parental	1.1 Reações cognitivas e emocionais	Como foi esse dia? Lembras-te o que pensaste? O que sentiste quando soubeste? Porquê? Como tens lidado com os sentimentos?	Compreender as emoções iniciais e os significados atribuídos à reclusão parental.
	1.2 Reações comportamentais / coping	Quais foram as tuas reações? Que atividades fazes ou locais frequentas? O que te faz “esquecer”?	Identificar alterações comportamentais e estratégias utilizadas para lidar com a situação.
	1.3 Implicações sociais e relacionais	Os teus amigos e professores sabem? Como te tratam por saberem? Alterações nas relações?	Explorar mudanças nas relações sociais e o impacto do estigma na escola e no círculo de amigos.
	1.4 Alterações no quotidiano e projeto de vida	Como tem sido o teu dia a dia? O que mais mudou na tua vida? A prisão afetou as tuas escolhas? Do que mais sentes falta?	Avaliar o impacto prático da reclusão no quotidiano, nas rotinas e nas aspirações pessoais e académicas.
	1.5 Necessidades percebidas / apoio desejado	O que achas que te podia ajudar a lidar melhor com esta situação?	Perceber que tipo de apoios os jovens sentem falta ou gostariam de ter ao seu dispor.
2. Relação com o parente recluso	2.1 Relação antes da reclusão	Que idade tinhas? Como descreves a tua relação com o teu pai/mãe? O que faziam juntos?	Conhecer o vínculo emocional pré-existente com o progenitor recluso.
	2.2 Contacto atual e visitas	Tens contacto? Costumas visitar? Frequência? Como são as visitas?	Avaliar a frequência e qualidade do contacto com o recluso, bem como

		Como descreves a prisão?	a perceção sobre o ambiente prisional.
3. Conselhos e Propostas	3.1 Mensagem para outros jovens	Que conselhos darias a crianças e jovens na mesma situação?	Obter uma perspectiva reflexiva e de partilha dirigida a pares em situação semelhante.
	3.2 Sugestões de medidas públicas/comunitárias	Que medidas ou regras criarias para ajudar jovens na mesma situação?	Recolher ideias e propostas concretas dos jovens sobre políticas ou ações comunitárias mais eficazes e humanizadas.